

TERCIARIZAÇÃO DA ECONOMIA (1990-2000)

O ALENTEJO NO CONTEXTO NACIONAL

Comissão de Coordenação da Região do Alentejo

MARÇO 2002

FICHA TÉCNICA

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALENTEJO

DEPARTAMENTO REGIONAL DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO

DIVISÃO DE ESTUDOS, PROSPECTIVA E PLANEAMENTO REGIONAL

Trabalho Realizado por:

Joaquim Odílio Godinho Fialho (Licenciado em Economia)

Artes Gráficas:

José António Rilhas

João Gordicho

Évora – 2002

ÍNDICE

1. APONTAMENTO METODOLÓGICO	6
2. NOTA INTRODUTÓRIA	7
3. PORTUGAL – PIB E VAB PER CAPITA	9
4. ESTRUTURA SECTORIAL DAS SOCIEDADES E DO EMPREGO	12
5. PORTUGAL – EVOLUÇÃO DO VAB E DO EMPREGO	14
6. ALENTEJO – EVOLUÇÃO DO VAB E DO EMPREGO	26
7. ALENTEJO – ESTRUTURA DAS SOCIEDADES E DAS EMPRESAS	32
8. PRODUTIVIDADE MÉDIA	35
9. QUOCIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO	38
10. GRAU DE TERCIARIZAÇÃO REGIONAL	40
11. ANÁLISE SHIFT-SHARE	41
12. CONCLUSÃO	44
13. BIBLIOGRAGIA	47
A. ANEXOS	48
A.1. PRINCIPAIS CONCEITOS	49
A.2. CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS	50
A.3. INDICADORES ESTATÍSTICOS	51
A.3.1. GRAU DE TERCIARIZAÇÃO REGIONAL	51
A.3.2. QUOCIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO	51
A.4. ANÁLISE SHIFT-SHARE	52

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- PIB per capita	9
GRÁFICO 2	- VAB per capita	10
GRÁFICO 3	- ESTRUTURA DO EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE – 1999	13
GRÁFICO 4	- PORTUGAL – EVOLUÇÃO SECTORIAL DO VAB	14
GRÁFICO 5	- PORTUGAL – EVOLUÇÃO SECTORIAL DO EMPREGO	15
GRÁFICO 6	- VAB SECTORIAL – 1990	16
GRÁFICO 7	- VAB SECTORIAL – 1998	16
GRÁFICO 8	- PORTUGAL – ALENTEJO – VAB SECTORIAL	17
GRÁFICO 9	- ALENTEJO – VAB SECTORIAL – 1998	18
GRÁFICO 10	- EMPREGO SECTORIAL – 1990	23
GRÁFICO 11	- EMPREGO SECTORIAL – 1998	23
GRÁFICO 12	- ESTRUTURA DO EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE – 2000	25
GRÁFICO 13	- ESTRUTURA DO EMPREGO NO SECTOR TERCIÁRIO – 2000	25
GRÁFICO 14	- ALENTEJO – EVOLUÇÃO SECTORIAL DO VAB	26
GRÁFICO 15	- ALENTEJO – DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO VAB – 1998	26
GRÁFICO 16	- ALENTEJO – EVOLUÇÃO SECTORIAL DO EMPREGO	27
GRÁFICO 17	- EVOLUÇÃO DO VAB DO SECTOR TERCIÁRIO	28
GRÁFICO 18	- VAB DO SECTOR TERCIÁRIO – TAXAS DE CRESCIMENTO	28
GRÁFICO 19	- EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO SECTOR TERCIÁRIO	28
GRÁFICO 20	- VAB 1998	29
GRÁFICO 21	- ALENTEJO – SECTOR TERCIÁRIO SOCIEDADES COM SEDE NA REGIÃO – 1999	34
GRÁFICO 22	- PRODUTIVIDADE MÉDIA – 1998	35
GRÁFICO 23	- PRODUTIVIDADE SECTORIAL – 1998	36
GRÁFICO 24	- PRODUTIVIDADE – SECTOR TERCIÁRIO – 1998	37
GRÁFICO 25	- REMUNERAÇÕES MÉDIAS – 1998	37

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1	- EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE – 1999	12
QUADRO 2	- SOCIEDADES POR SECTOR DE ACTIVIDADE – 1999	13
QUADRO 3	- PESO DAS REGIÕES NO VAB TOTAL	18
QUADRO 4	- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VAB – 1998	19
QUADRO 5	- DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO VAB – 1998	19
QUADRO 6	- PORTUGAL – VAB TERCIÁRIO – 1998	20
QUADRO 7	- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO – 1998	20
QUADRO 8	- PORTUGAL – EMPREGO - SECTOR TERCIÁRIO – 1998	21
QUADRO 9	- DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO EMPREGO – 1998	22
QUADRO 10	- DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO EMPREGO – 1998	22
QUADRO 11	- ALENTEJO – VAB - SECTOR TERCIÁRIO – 1998	30
QUADRO 12	- ALENTEJO – EMPREGO – SECTOR TERCIÁRIO – 1998	30
QUADRO 13	- POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO – 2001	31
QUADRO 14	- POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO – 2001	31
QUADRO 15	- ALENTEJO – SOCIEDADES COM SEDE NA REGIÃO – 1999	32
QUADRO 16	- ALENTEJO – EMPRESAS E SOCIEDADES – SECTOR III – 1999	33
QUADRO 17	- ALENTEJO – EMPRESAS E SOCIEDADES – SECTOR III – 1999	33
QUADRO 18	- QUOCIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO	39
QUADRO 19	- QUOCIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO	40
QUADRO 20	- GRAU DE TERCIARIZAÇÃO REGIONAL	41
QUADRO 21	- ANÁLISE SHIFT-SHARE - PORTUGAL – VARIAÇÃO DO VAB	42
QUADRO 22	- ANÁLISE SHIFT-SHARE - PORTUGAL – SECTOR TERCIÁRIO VARIAÇÃO DO VAB	43

1. APONTAMENTO METODOLÓGICO

As metodologias a utilizar decorrem directamente da abordagem estatística sobre a dinâmica regional, numa perspectiva de análise evolutiva e comparativa do comportamento das diversas variáveis e unidades territoriais.

Os indicadores e métodos de análise estatística espacial utilizados permitem-nos extrair conclusões sobre o comportamento das mais diversas variáveis, considerando-se neste trabalho o Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado (VABpm) e o emprego. A orientação do estudo vai no sentido da especialização sectorial e da análise da crescente terciarização da economia, com especial destaque para o Alentejo, em comparação com as restantes regiões portuguesas e o total do país.

Os *quocientes de especialização* indicam-nos a relação entre o peso de determinado sector de actividade numa região e no espaço globalmente considerado, podendo inferir-se da eventual especialização sectorial regional.

O *grau de terciarização regional* é obtido a partir do emprego sectorial, possibilitando identificar traços marcantes ao nível da especialização sectorial regional, em termos relativos e comparativamente ao total nacional.

Para avaliar como se comportaram, em termos económicos, as unidades territoriais nacionais, vamos utilizar o método *Shift-share* que nos permite identificar os contributos, estrutural e diferencial, para a variação total observada ao longo do período em análise.

2. NOTA INTRODUTÓRIA

O estudo pretende analisar a evolução da situação económica, a nível nacional e regional, em termos sectorial e global, propondo-se identificar as características que apresenta o sector terciário da economia regional e determinar em que medida as actividades de serviços consideradas mais dinâmicas e inovadoras se encontram presentes na região Alentejo, estabelecendo uma comparação da evolução e intensidade das mudanças estruturais registadas na economia do Alentejo dentro do contexto nacional.

O intervalo temporal base do estudo abrange o período 1990-1998, com análises detalhadas para o último ano e para anos mais recentes, sempre que os dados o permitam e a abordagem possa beneficiar com as mais valias daí decorrentes.

A informação de base para a análise da estrutura económica nacional e regional foi recolhida nas Contas Regionais e nos Inquéritos ao Emprego, utilizando-se a desagregação segundo a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2, CAE Rev. 2 – A17.

Em termos sectoriais, o sector primário corresponde aos ramos A e B – agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca; o sector secundário aos ramos C a F – indústria extractiva, indústria transformadora, produção e distribuição de electricidade, de gás e de água, construção; e o sector terciário aos ramos G a Q – comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e de bens de uso doméstico, alojamento e restauração, transportes e comunicações, actividades financeiras, actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, administração pública, educação, saúde e acção social, outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, famílias com empregados domésticos, organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais.

A produção imputada aos serviços bancários foi distribuída proporcionalmente, por todos os ramos, de acordo com a quota de cada sector no Valor Acrescentado Bruto (VAB) total, para cada uma das oito regiões consideradas, incluindo os valores extra-regio. A quantificação dos valores regionalizados do VAB permite identificar o potencial produtivo das diversas regiões e avaliar o nível de desenvolvimento económico e os seus contributos para a riqueza do país.

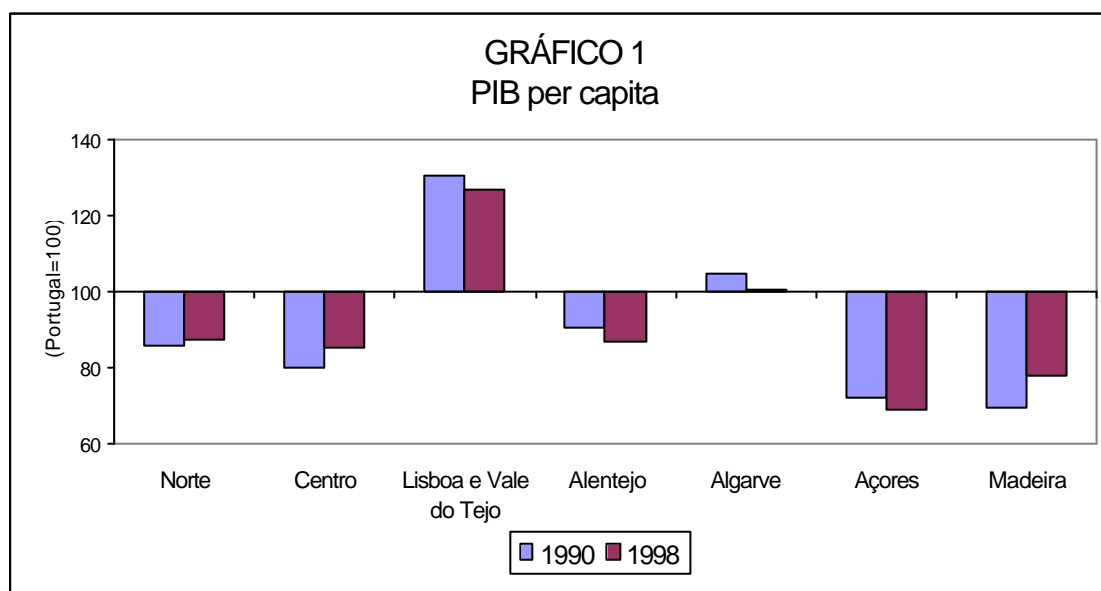
Pelo facto de se pretender analisar a terciarização da economia não nos podemos alhear dos outros sectores de actividade, apontando sempre neste estudo factos e números que possam caracterizar as regiões e as sub-regiões, numa perspectiva de complementaridade e posicionamento relativo, em termos de composição e especialização económica.

A orientação do trabalho, em termos espaciais e de ordenação das unidades territoriais, processa-se no sentido descendente a partir do agregado constituído pelos países da União Europeia até às regiões e sub-regiões nacionais. As comparações ocorrerão sempre que se julguem pertinentes e a informação disponível nos permita cruzamentos de dados em variáveis similares e reportadas a idênticos períodos de tempo.

No sector terciário (ou dos Serviços), tema central deste trabalho, tentaremos identificar as características mais marcantes e a sua evolução, partindo da análise das correlações sectoriais existentes. Dentro do sector terciário será feita referência explícita aos sub-ramos que o constituem, ao seu contributo para o comportamento do sector e ao peso relativo no total sectorial, como indício da tipologia de serviços existente no Alentejo, comparativamente com o total nacional.

3. PORTUGAL – PIB E VAB PER CAPITA

Como situação de partida e pretendendo marcar a posição relativa e evolutiva das regiões, optamos por apresentar o Produto Interno Bruto per capita (PIB *per capita*, PIBpc), indicador que mostra o comportamento da riqueza e o posicionamento das diversas regiões perante a média nacional. Na análise deste indicador, a um nível territorial mais desagregado, devem ser tidos em conta eventuais enviesamentos, decorrentes da importância dos movimentos pendulares na formação da riqueza de um determinado espaço geográfico, a partir de mão-de-obra originária e residente num outro aglomerado populacional.



Podemos constatar que não houve alterações nas posições relativas das diversas NUT II, registando-se, em Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve (em 1998 assume o valor igual à média nacional) e Açores, uma evolução negativa no PIB per capita, de 1990 para 1998. Também é de salientar que, em 1998, apenas a região de Lisboa e Vale do Tejo apresentava um PIBpc superior à média nacional.

Numa abordagem mais ampla, ao nível da União Europeia com 15 países (EUR15) as posições relativas no PIB per capita (em paridades do poder de compra) mostram que, em 1998, Portugal tinha um valor igual a 75% da média da EUR15, com os Açores a registarem o valor mais baixo (52%), seguidos da Madeira (58%) e a região de Lisboa e Vale do Tejo o valor mais elevado (95%).

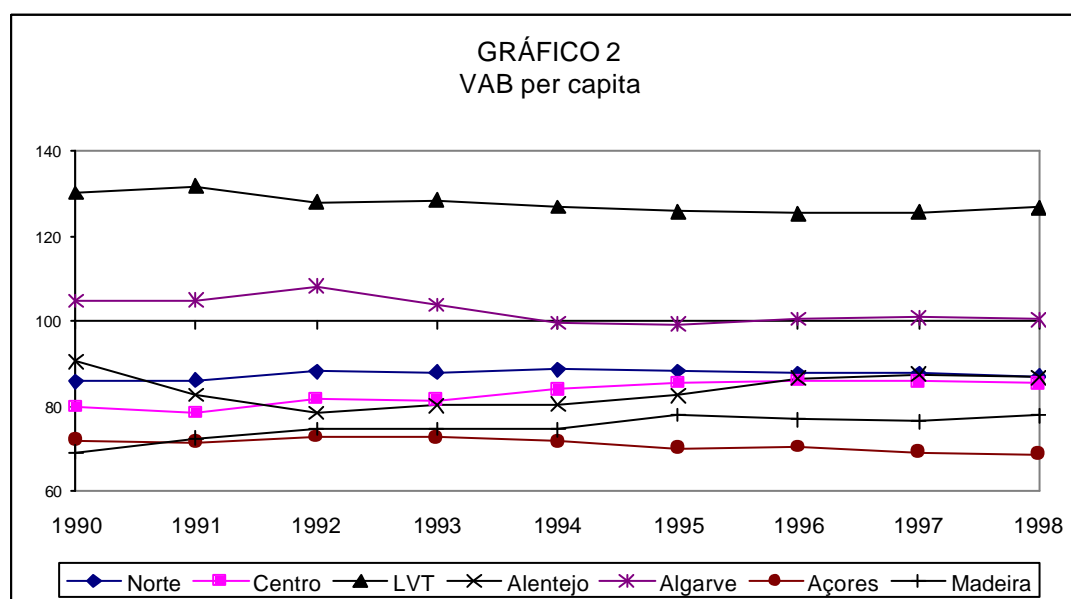
O Alentejo surge na terceira posição (67%), após o Algarve (76%) e à frente das regiões Norte (66%) e Centro (65%).

A análise do Valor Acrescentado Bruto per capita (VAB *per capita*) permite idênticas conclusões e semelhante posicionamento das NUT nacionais, com a liderança posicional da região de Lisboa e Vale do Tejo e o último lugar dos Açores. Correspondendo o PIB à soma dos valores acrescentados brutos a preços de mercado dos diferentes ramos de actividade, acrescida do IVA onerando os produtos e dos impostos líquidos ligados à importação, será lógico que se mantenham os pesos relativos no total e na ponderação destes com os efectivos populacionais.

No enquadramento das economias regionais optamos por apresentar quadros e gráficos referentes ao comportamento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) ao longo do período considerado no trabalho, com especial destaque para a região do Alentejo, face às restantes regiões e ao valor nacional de referência.

Convém precisar que a análise do agregado *per capita* permite reflectir sobre o maior ou menor dinamismo produtivo das regiões porque considera o comportamento da variável população.

Em termos de Valor Acrescentado Bruto per capita (VAB *per capita*) e considerando-o igual ao rácio entre o VAB e a população residente em cada região, podemos registar evoluções diferentes nas diversas regiões portuguesas, salientando a liderança constante da região de Lisboa e Vale do Tejo e as oscilações dos valores do Alentejo sempre abaixo da média nacional.



Apenas a Madeira e o Centro de Portugal apresentam um valor superior no fim do período em análise, com a maior subida a registar-se na Madeira. O Algarve, apesar de ser a região que melhor acompanha a média nacional, com pequenos desvios no início do período e uma quase total coincidência nos últimos anos, regista a maior descida relativa.

O Alentejo, embora apresentando melhorias no comportamento e na distribuição do VAB por habitante, nomeadamente a partir de 1994, não consegue alcançar a média nacional, registando no final do período um valor inferior ao inicial.

O valor e a evolução deste indicador pode dar-nos uma primeira indicação sobre a distribuição territorial das actividades terciárias, se atendermos ao facto de que mais valor acrescentado induz maiores rendimentos e gera novas procuras de serviços por parte dos consumidores e das empresas.

4. ESTRUTURA SECTORIAL DAS SOCIEDADES E DO EMPREGO

Para dar uma ideia sobre o emprego nos três sectores de actividade, relativamente às diversas regiões portuguesas, ao país no seu todo e à União Europeia a 15 países (EUR15), apresentamos os valores percentuais referentes a 1999. Uma primeira abordagem permite concluir que apenas a região Norte não regista maior percentagem de emprego no sector terciário, comparativamente com os restantes sectores. Mais adiante neste trabalho tentaremos perceber se neste distribuição do emprego está subjacente alguma especialização sectorial na zona norte de Portugal.

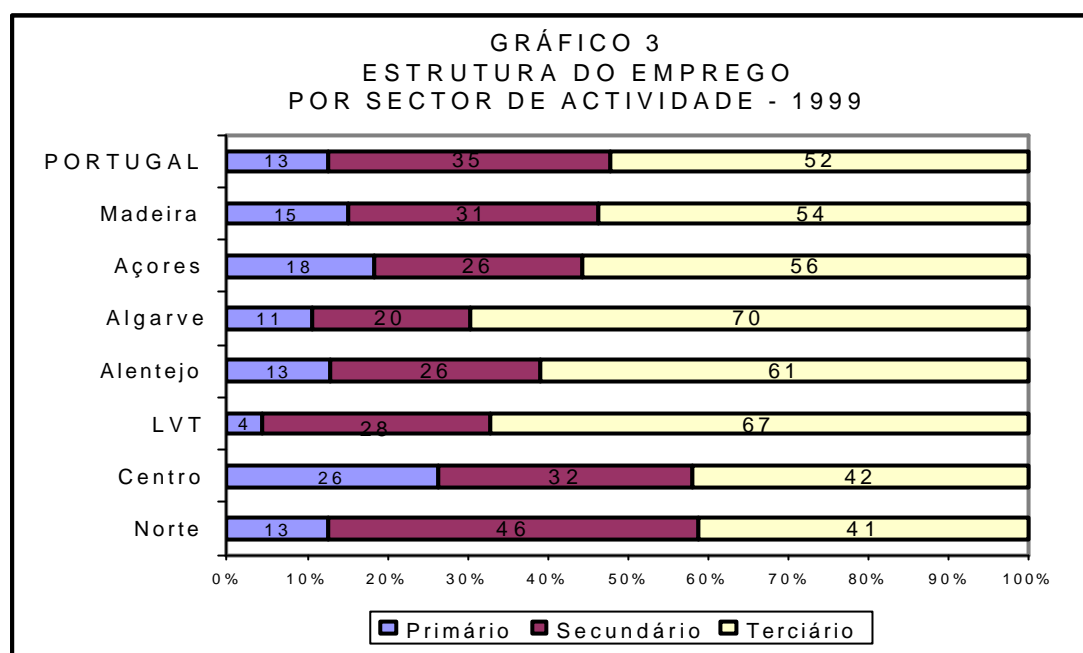
QUADRO 1
EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE - 1999
Valores Percentuais

	Primário	Secundário	Terciário
EUR 15	4,5	29,2	66,0
PORTUGAL	12,6	35,3	52,1
Norte	12,7	46,1	41,2
Centro	26,3	31,9	41,9
LVT	4,3	28,4	67,2
Alentejo	13,0	26,2	60,9
Algarve	10,7	19,6	69,7
Açores	18,4	26,0	55,7
Madeira	15,0	31,2	53,8

Fonte: INE – Inquéritos ao Emprego, Comissão Europeia.

Relativamente à média europeia do emprego no sector terciário, apenas duas regiões portuguesas superam aquele valor – Algarve e Lisboa e Vale do Tejo – se bem que se possam subentender situações díspares em termos de terciarização destas economias regionais. Poderemos supor, empiricamente, contributos importantes do turismo, dos serviços especializados e da administração nos dois casos acima referidos.

Igualmente digno de registo nos parece ser o facto de as regiões do Norte e do Centro de Portugal apresentarem, no emprego terciário, valores inferiores à média nacional, deixando antever a eventual ausência de especialização neste sector. Ainda nesta linha de pensamento podemos assinalar os empregos no sector primário em percentagem superior à média nacional na maioria das regiões, com excepção de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve. O Alentejo já não se posiciona no lugar cimeiro do emprego agrícola, posição que detinha em 1990, como poderemos confirmar no decorrer deste estudo.



Fonte: INE – Inquéritos ao Emprego.

Valores mais recentes, a apresentar no desenvolvimento deste trabalho, mostram a tendência de terciarização da economia alentejana, aparecendo o Alentejo como a única região a registar acréscimos de emprego nos serviços. Esta tendência no emprego sectorial acaba por significar uma transferência de mão-de-obra do sector primário para os outros sectores de actividade, devido a vários factores e acontecimentos, dos quais podemos salientar a reforma da Política Agrícola Comum e a sua implicação no abandono dos campos na sequência da redução da actividade agrícola.

A distribuição das sociedades, sediadas nas diversas NUT e no total nacional, mostram bem a dinâmica do sector terciário e a supremacia sectorial, mais vincada na Madeira, com valores muito acima da média nacional.

QUADRO 2
SOCIEDADES POR SECTOR DE ACTIVIDADE - 1999
Valores Percentuais

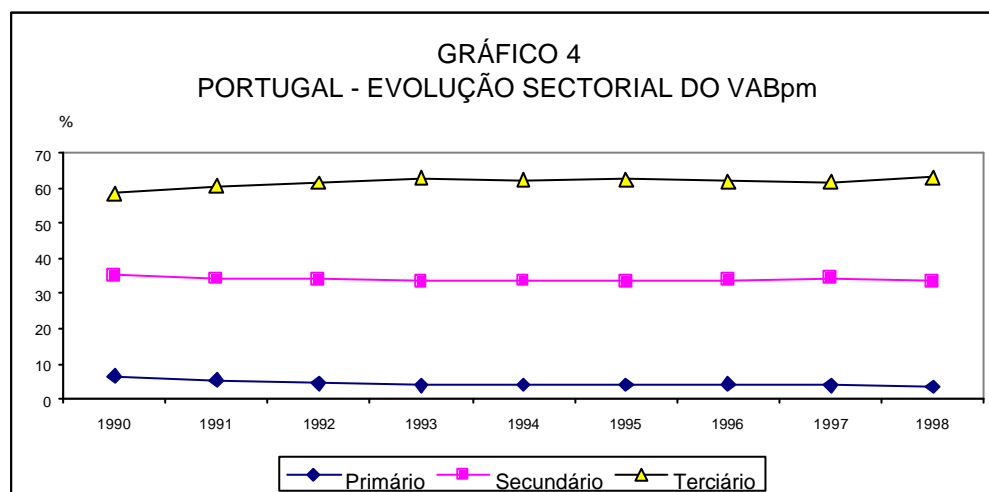
	Primário	Secundário	Terciário
PORTUGAL	3.1	25.2	71.4
Norte	1.9	32.9	64.9
Centro	3.8	31.0	65.0
LVT	2.5	20.1	77.0
Alentejo	16.1	20.0	63.4
Algarve	4.1	19.1	75.9
Açores	5.9	17.8	76.1
Madeira	1.3	13.6	84.2

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região do Alentejo – 2000.

5. PORTUGAL – EVOLUÇÃO DO VAB E DO EMPREGO

Do comportamento da economia nacional durante o período 1990-1998 ressalta a terciarização, com taxas crescentes na evolução do VAB terciário e comportamentos díspares em relação aos outros sectores de actividade.

Na composição do sector terciário (sector dos serviços) devemos salvaguardar a grande disparidade e diversidade de actividades englobadas neste sector, desde o comércio, à restauração, transportes e administração pública. No âmbito deste trabalho tentaremos, sempre que possível, isolar os serviços ditos “avançados, às empresas” dos restantes, tentando avaliar o peso dos serviços às empresas no total do sector.

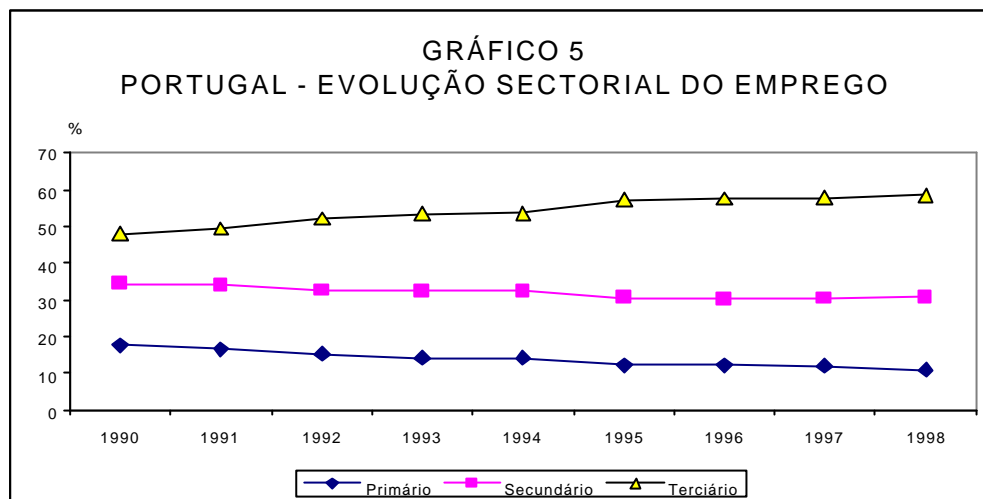


Fonte: INE – Contas Regionais.

Ao nível do sector terciário, se atentarmos na distribuição infra-sectorial, registamos o maior peso do comércio por grosso e a retalho, e da reparação de veículos automóveis. A análise regional será feita posteriormente, com especial destaque para o Alentejo e a comparação com as restantes regiões e o total nacional, tentando averiguar sobre a eventual especialização sectorial da região.

No emprego a tendência é idêntica à que observamos no VAB e mostra o domínio do sector terciário, apesar dos valores estabilizarem nos últimos anos do período considerado. Os restantes sectores de actividade registam quebras no total de empregos remunerados, mais

evidentes no sector primário, decorrentes do abandono das actividades agrícola e piscícola por motivos que têm a ver com a reforma da Política Agrícola Comum e a reconversão da nossa frota de pesca.

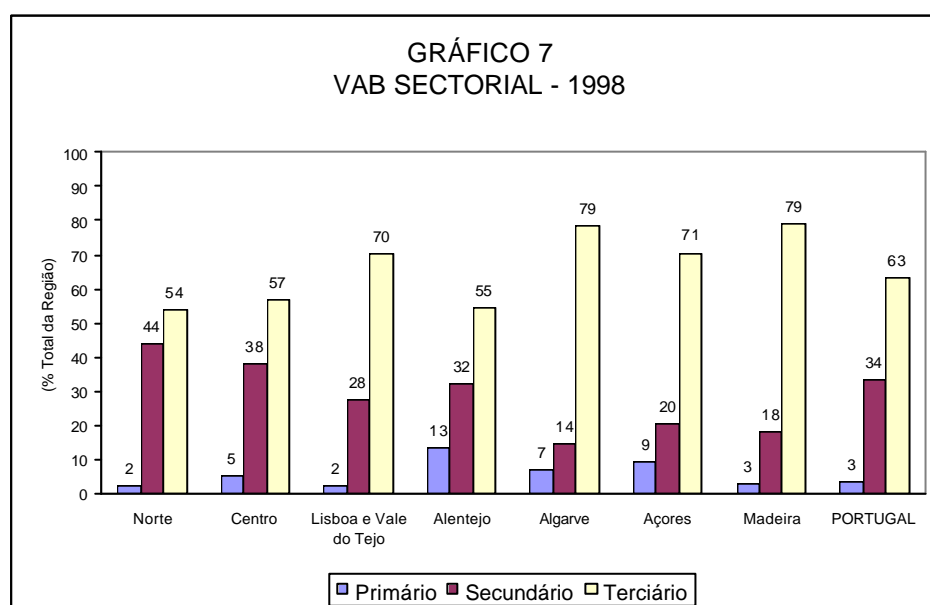
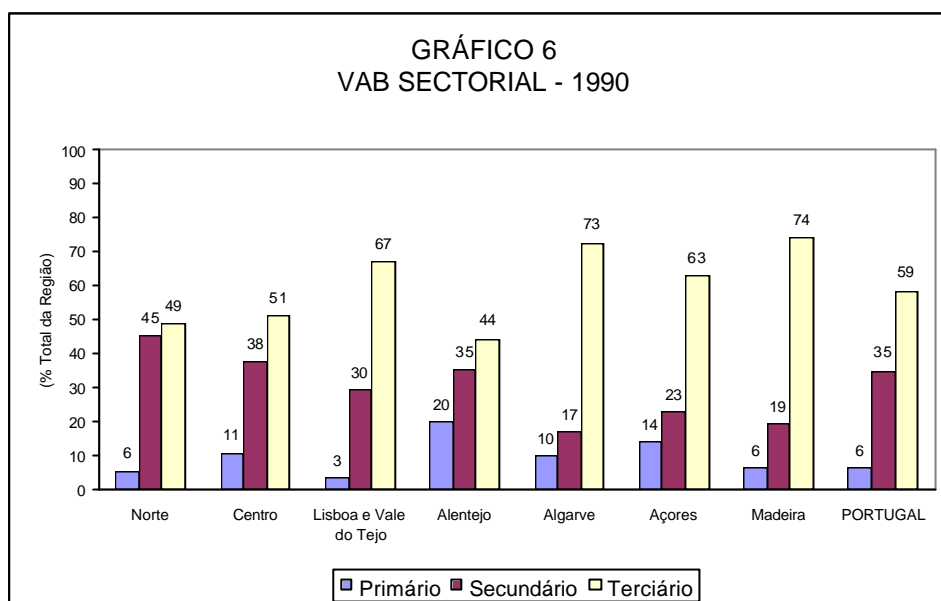


Fonte: INE – Contas Regionais.

Em termos de emprego sectorial podemos constatar que, na década de 90, continua a transferência de empregos para o sector terciário, salientando-se que nesta deslocação estão também incluídos os serviços que eram desempenhados internamente pelas empresas industriais e que, em anos mais recentes, foram subcontratados a prestadores de serviços externos.

Podemos, igualmente, antever uma passagem progressiva do emprego do sector primário para o secundário e, numa fase mais adiantada, do secundário para o terciário, explicando-se assim a relação entre os três sectores de actividade. Estas mudanças de emprego podem ser sinónimo de vitalidade da economia e flexibilidade da força de trabalho mas também podem ter origem em reconversões económicas e sociais.

Para avaliar a evolução do VAB sectorial e permitir estabelecer comparações, tendo como ponto de partida o Alentejo, apresentamos de seguida o tratamento dos dados referentes aos anos inicial e final do período base considerado neste trabalho.



A comparação entre o Alentejo e o país mostra, em termos de repartição sectorial do VAB, um comportamento muito semelhante, se bem que a variação se apresente mais marcada em termos totais do que regionais. Em todo o caso, o crescimento do sector terciário é evidente e continuado, dando mostras da terciarização em ambas as situações atrás referidas. O sector primário é o que menos contribui para a criação de riqueza em todas as regiões NUT II nacionais, tanto em 1990 como em 1998.

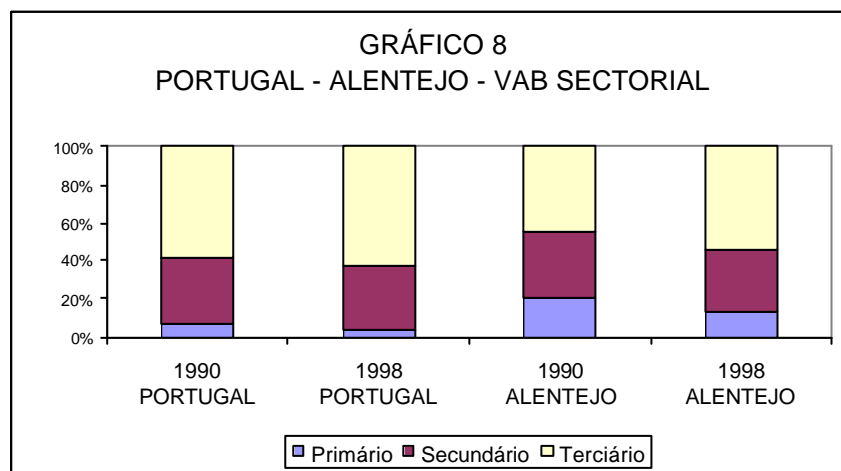
Uma análise mais apurada, ao primeiro e último anos do período em estudo, permite constatar o peso crescente do sector terciário, o único

sector que aumentou o contributo para o VAB regional em todas as unidades territoriais portuguesas e por inerência directa no total nacional. Este crescimento do VAB terciário não aconteceu com taxas semelhantes, ao longo do período, nem evoluiu anualmente no mesmo sentido, positivo ou negativo. Uma observação mais cuidada do gráfico permite-nos identificar uma ligeira subida em 1994 e a partir desse ano um crescimento a taxas reduzidas que quase configuram uma linha horizontal no comportamento da variável.

Nos últimos cinco anos o VAB terciário passou de 62 para 63 pontos percentuais do VAB total regional, com valores idênticos (62%) em 1995, 1996 e 1997, dando mostras da ligeira variação verificada na última metade do período considerado.

No Alentejo registam-se perdas relativas dos sectores primário e secundário, mais acentuadas no primeiro, mostrando a terciarização da economia e a alteração nas correlações sectoriais. Tal como em 1990, o Alentejo continua a ser, em 1998, a região com maior peso relativo do sector primário na economia regional, sendo igualmente a que apresenta maior desvio da média nacional.

O gráfico da distribuição do VAB por sectores económicos permite uma primeira aproximação às transformações ocorridas dentro da estrutura sectorial das economias de Portugal e do Alentejo. Como podemos ver, as tendências sectoriais da produção e do emprego regionais manifestam uma inclinação geral favorável à expansão do sector dos serviços, em claro detrimento da actividade agrícola e, em menor medida, também da industrial. Os “ganhos” do sector terciário acontecem à custa das “perdas” dos outros dois sectores, com maior incidência para o sector primário e a sua quebra de influência no âmbito geral da economia.



Fonte: INE – Contas Regionais.

Se atendermos à distribuição do VAB e ao respectivo peso no total nacional, podemos perceber as enormes disparidades regionais existentes, com uma grande concentração do valor acrescentado bruto na região de Lisboa e Vale do Tejo, que apesar da variação negativa, congrega, em 1998, mais de 40% do total do VAB nacional.

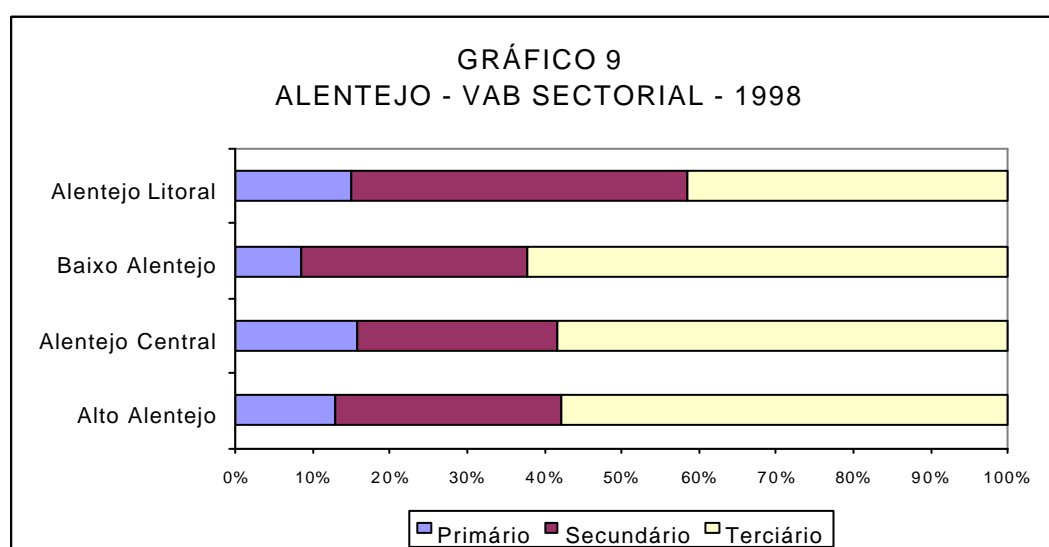
QUADRO 3
PESO DAS REGIÕES NO VAB TOTAL

NUT	1990	1998	Variação	
	A	B	Absoluta	Percentual
	(%)	(%)	C=B-A	C/A
Norte	30,24	31,21	0,010	3,22
Centro	13,97	14,64	0,007	4,76
Lisboa e Vale do Tejo	43,47	42,28	-0,012	-2,73
Alentejo	5,03	4,46	-0,006	-11,19
Algarve	3,60	3,50	-0,001	-2,69
Açores	1,74	1,68	-0,001	-3,34
Madeira	1,78	2,03	0,003	14,27
Extra-Regio	0,18	0,19	0,000	6,55
PORTUGAL	100	100	0,000	0,00

Fonte: INE – Contas Regionais (tratamento estatístico próprio).

O Alentejo regista uma ligeira perda no contributo para o VAB total nacional, traduzindo-se em menos de um ponto percentual, a que corresponde o maior decréscimo percentual apurado nas unidades territoriais portuguesas.

Em termos sub-regionais podemos observar a relativa homogeneidade na distribuição do VAB sectorial no Alentejo, se bem que o Alentejo Litoral nos apareça mais industrializado, facto decorrente da presença do pólo de Sines e das suas valências claramente industriais.



Na estrutura espacial do VAB constatamos as disparidades existentes em termos regionais, com a região de Lisboa e Vale do Tejo a representar mais de 40% do VAB total nacional e o Alentejo com um contributo de 4,5% daquele valor global, em 1998. Lisboa e Vale do Tejo representa quase metade do VAB nacional do sector terciário, mais de um terço do sector secundário e mais de um quarto do sector primário.

QUADRO 4
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VAB (%)

NUTII	1998			
	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário
Norte	31,2	19,8	40,7	26,8
Centro	14,6	22,9	16,6	13,1
Lisboa e Vale do Tejo	42,3	26,3	34,7	47,1
Alentejo	4,5	17,6	4,3	3,9
Algarve	3,5	7,2	1,5	4,4
Açores	1,7	4,5	1,0	1,9
Madeira	2,0	1,7	1,1	2,5
Extra-Regio	0,2	0,0	0,0	0,3

Fonte: INE – Contas Regionais.

Por sectores de actividade a distribuição regional mostra a clara supremacia do sector terciário, com valores percentuais máximos na ordem dos 80% (exceptuando os valores extra-regio) e percentagens regionais sempre acima dos 50%. O sector terciário é, em todas as regiões nacionais, o sector com maior peso relativo no valor acrescentado bruto, com maiores amplitudes inter-sectoriais na Região Autónoma da Madeira.

QUADRO 5
DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO VAB (%)

NUTII	1998		
	Primário	Secundário	Terciário
Norte	2,2	43,7	54,1
Centro	5,3	38,0	56,6
Lisboa e Vale do Tejo	2,1	27,5	70,3
Alentejo	13,4	32,0	54,5
Algarve	7,0	14,5	78,5
Açores	9,2	20,3	70,5
Madeira	2,8	18,2	79,0
Extra-Regio	0,0	0,0	100,0
PORTUGAL	3,4	33,5	63,1

Fonte: INE – Contas Regionais.

Dentro do sector terciário a distribuição percentual do VAB, por sub-ramos, é a que a seguir apresentamos, salientando-se o enorme peso do

comércio e das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, no contributo para o Valor Acrescentado Bruto nacional.

QUADRO 6
PORTUGAL - VAB TERCIÁRIO – 1998

RAMOS	(%)
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis...	22,4
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	4,5
Transportes, armazenagem e comunicações	10,2
Actividades financeiras	8,8
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	18,1
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	12,9
Educação	10,2
Saúde e acção social	7,8
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	4,3
Famílias com empregados domésticos	0,9

Fonte: INE – Contas Regionais.

No emprego sectorial a situação é semelhante à verificada na análise do VAB, com o Norte e a região de Lisboa e Vale do Tejo a empregarem mais de um terço da mão-de-obra nacional e o Alentejo apenas 4% do total. No sector terciário, a região de Lisboa e Vale do Tejo abrange quase metade do emprego total do país.

QUADRO 7
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO (%)

NUTII	1998			
	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário
Norte	35,3	39,7	47,3	28,1
Centro	16,4	27,9	17,7	13,6
Lisboa e Vale do Tejo	36,0	14,0	27,3	44,7
Alentejo	4,3	8,3	2,8	4,3
Algarve	3,6	4,4	1,9	4,4
Açores	1,9	3,1	1,1	2,0
Madeira	2,3	2,6	1,9	2,5
Extra-Regio	0,2	0,0	0,0	0,4

Fonte: INE – Contas Regionais 1995-1999.

O Alentejo emprega uma pequena parte do total nacional, com maior peso relativo do sector primário e menor das actividades industriais e de construção.

No país a distribuição percentual do emprego recai maioritariamente no ramo do comércio a retalho, reparação de bens pessoais e domésticos. É provável que a localização das grandes áreas comerciais determine a distribuição territorial e sectorial do emprego e leve a que em algumas regiões este ramo não tenha a expressão máxima, ao contrário do que acontece a nível global.

QUADRO 8
PORTUGAL – EMPREGO – SECTOR TERCIÁRIO – 1998
Valores Percentuais

RAMOS	(%)
Comércio e Manutenção de Automóveis e de Combustíveis	5,0
Comércio por Grosso e Intermediários	4,2
Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e Domésticos	18,0
Hotéis e Restaurantes	10,2
Transportes e Actividades Conexas	5,5
Correios e Telecomunicações	1,9
Intermediação Financeira e Seguros	4,3
Actividades Informáticas, Investigação e Desenvolvimento	6,6
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	12,0
Ensino	11,5
Saúde e Serviços Sociais	8,3
Outras actividades de Serviços	12,5

Fonte: INE - Inquéritos ao Emprego.

Na distribuição sectorial do emprego verificamos o maior peso do terciário em todas as regiões, com valores acima dos 40% e um total nacional próximo dos 60%. Em valores já apresentados neste estudo, reportados a 1999 e com base nos inquéritos ao emprego, conclusões muito similares se podem tirar, se bem que aí a região Norte tenha maior volume de emprego no sector secundário.

QUADRO 9
DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO EMPREGO (%)

NUTII	1998		
	Primário	Secundário	Terciário
Norte	12,3	41,1	46,6
Centro	18,5	33,1	48,5
Lisboa e Vale do Tejo	4,2	23,2	72,6
Alentejo	21,0	20,1	58,9
Algarve	13,1	16,0	70,9
Açores	18,1	18,7	63,2
Madeira	12,4	25,5	62,1
Extra-Regio	0,0	0,0	100,0
PORTUGAL	10,9	30,7	58,5

Fonte: INE – Contas Regionais 1995-1999.

Informação retirada dos Inquéritos ao Emprego (apenas disponível para as NUT do Continente), apresenta valores diferentes, com o Alentejo a empregar uma percentagem de mão-de-obra no sector primário, inferior aos valores acima referidos, reforçando a transferência inter-sectorial de mão-de-obra. Porque estes dados são obtidos com regularidade e através de inquérito trimestral ao emprego, fazendo depois a média anual e sendo esta a considerada nos quadros, julgamos tratar-se de indicadores mais fiáveis sobre a situação real em termos de emprego. Mais adiante neste trabalho, nos quocientes de especialização, vamos considerar igualmente a informação dos inquéritos ao emprego, pelos motivos que referimos.

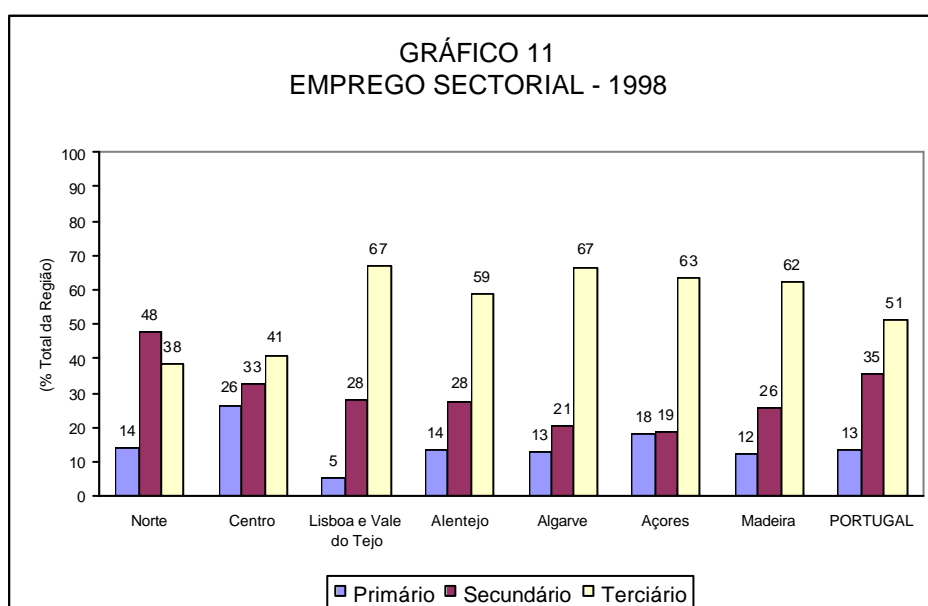
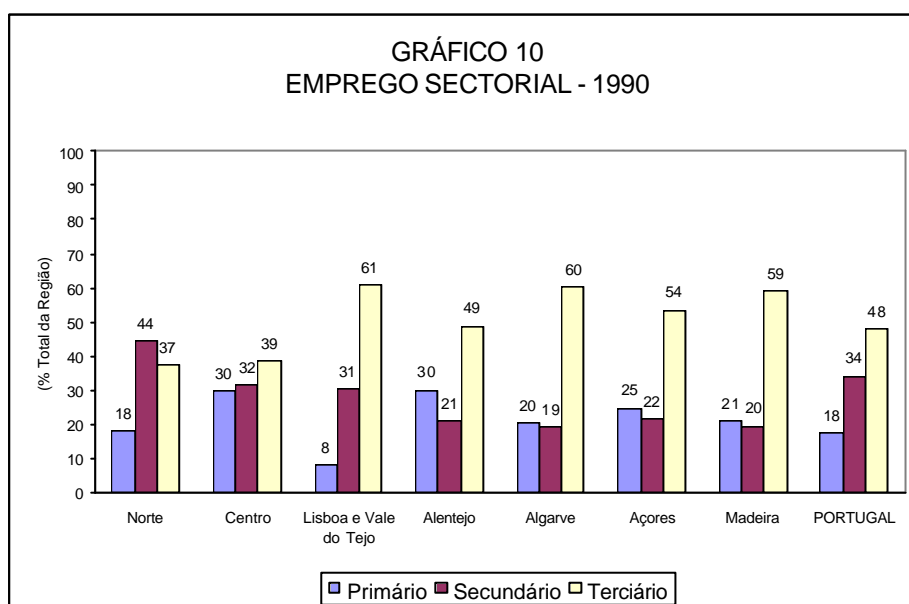
QUADRO 10
DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO EMPREGO (%)

NUTII	1998		
	Primário	Secundário	Terciário
Norte	13,8	47,8	38,3
Centro	26,4	32,7	40,9
Lisboa e Vale do Tejo	5,1	27,9	67,0
Alentejo	13,6	27,6	58,8
Algarve	12,7	20,6	66,6
CONTINENTE	13,4	36,1	50,5

Fonte: INE – Inquéritos ao Emprego.

Um simples exercício de cruzamento das duas variáveis, VAB e emprego, com o alargamento da análise ao nível das NUTIII e reportado ao ano de 1997, ano para o qual se dispõe dos dados assim desagregados, permite-nos visualizar as manchas sectoriais nacionais. Assim, duplamente primário temos as sub-regiões de Dão-Lafões e Pinhal Interior Sul, da região Centro. O sector secundário é duplamente predominante nas sub-regiões do Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga, da região Norte, Baixo Vouga e Serra da Estrela da região Centro.

As restantes regiões apresentam dupla predominância no sector terciário, à excepção das sub-regiões Cávado, Douro e Alto Trás-os-Montes, da região Norte, Pinhal Litoral e Beira Interior Norte, da região Centro e Alentejo Litoral, onde as afectações de VAB e emprego não estão maioritariamente presentes no mesmo sector de actividade.



A composição do emprego, em termos gerais, evidencia um decréscimo generalizado no sector primário, um acréscimo do sector terciário e comportamentos díspares e oscilantes do sector secundário nas regiões portuguesas. O sector terciário aparece como principal criador de emprego, levando Portugal a aproximar-se dos valores comunitários, ainda que com grandes disparidades internas.

O Alentejo regista a maior quebra do emprego no sector primário, mostrando claramente a transferência de mão-de-obra para os outros sectores, como se pode depreender dos quadros e gráficos comparativos incluídos neste trabalho. A nível nacional, o Alentejo já é a terceira região no emprego do sector primário, depois do Centro, Açores e Norte, quando em 1990 repartia a liderança de emprego no referido sector, juntamente com o Centro.

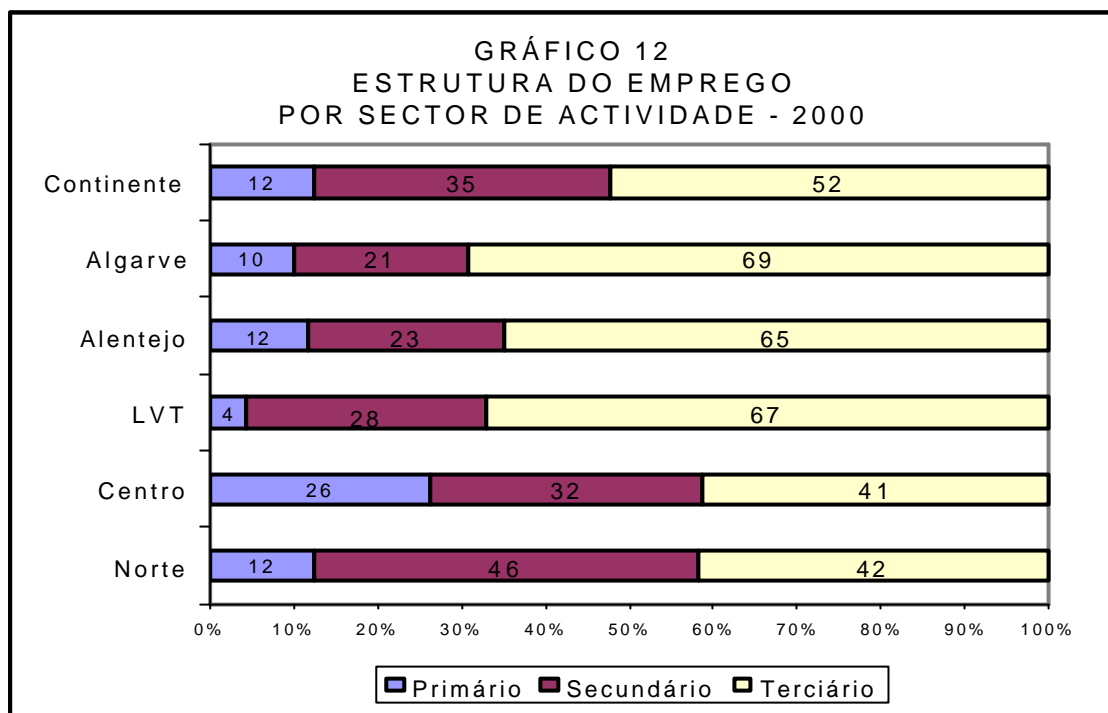
Analisando a evolução do emprego por sector de actividade constatamos que o sector terciário é o único onde se regista um aumento do emprego, em todas as regiões portuguesas, comparando os valores inicial e final do período de referência. No Alentejo, nitidamente se pode constatar o crescimento dos sectores secundário e terciário à custa da mão-de-obra libertada pelo sector primário, o único em perda dos três considerados.

Afirmações incluídas no *Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social* referem que nos últimos 25 anos, todos os aumentos de emprego na União Europeia se verificaram no sector dos serviços, enquanto que na agricultura e na indústria, eles diminuíram.

No entanto, uma análise à informação estatística do *Sexto Relatório Periódico relativo à situação socio-económica e ao desenvolvimento das regiões da União Europeia*, permite-nos concluir que nas 25 regiões com elevada proporção de emprego nos serviços não há nenhuma portuguesa. A economia da União Europeia está mais fortemente assente nos serviços, que representam 67% da produção e 66% do emprego.

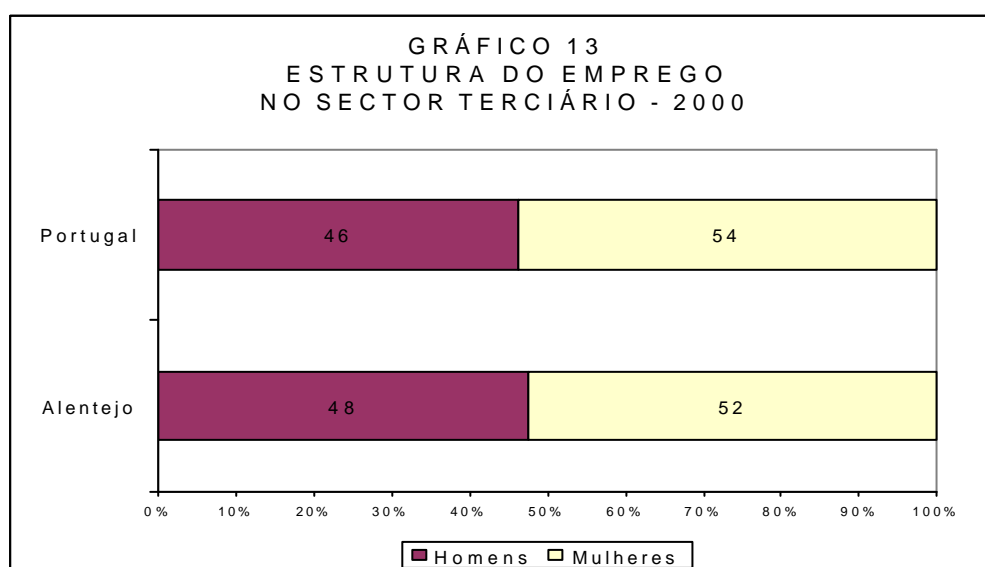
Ainda sobre a reafecção sectorial do emprego e a literatura recente sobre o assunto, refere-se nas *Regiões na Década de 1990* que, ao nível sectorial, os anos 80 podem ser descritos em termos de uma deslocação continua do emprego da indústria para os serviços, sendo parte desta deslocação reatribuível, na medida em que certas funções de serviços anteriormente garantidas internamente por unidades industriais foram subcontratadas a agentes de serviços externos.

Mostra da crescente terciarização da economia do Continente são os dados recentemente publicados sobre o emprego, por actividade económica, em 2000.



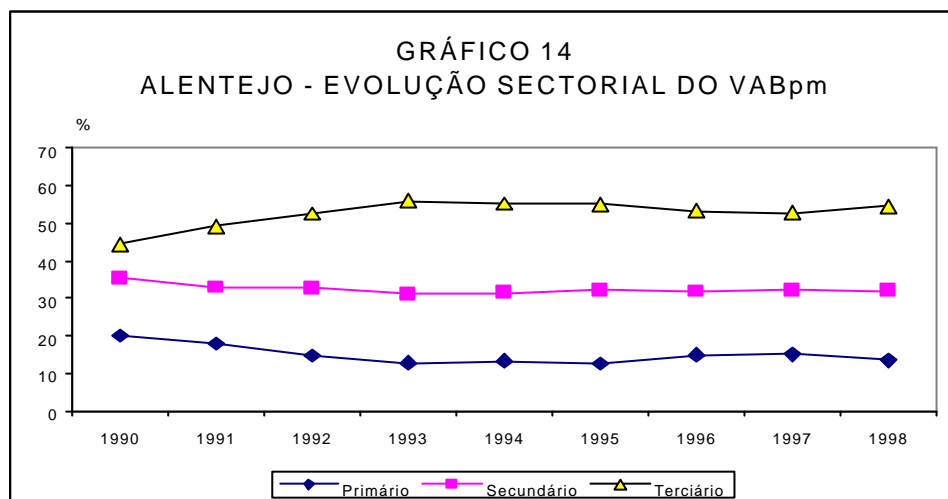
Fonte: INE – Inquéritos ao Emprego.

No Alentejo, a distribuição da população empregada no sector terciário, por sexo, é muito semelhante à distribuição a nível nacional, com ligeira supremacia das mulheres em ambos os casos e uma divisão regional mais equilibrada.



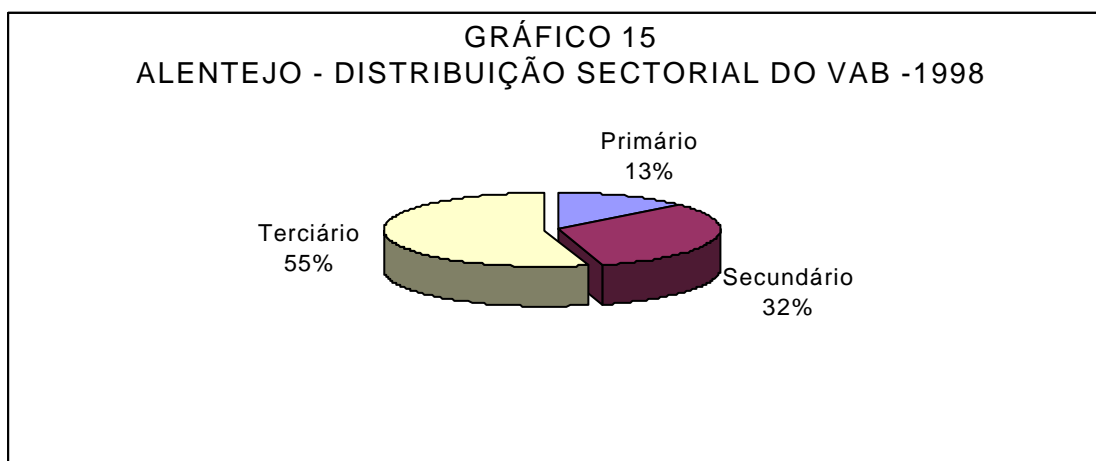
6. ALENTEJO – EVOLUÇÃO DO VAB E DO EMPREGO

O processo de terciarização identificado na economia portuguesa ao longo da última década teve reflexos no Alentejo, apesar da situação regional apresentar algumas particularidades. Genericamente, podemos afirmar que, no Alentejo, a variação sectorial do VAB acompanhou o comportamento registado a nível nacional, mas com maiores oscilações ao longo do período.

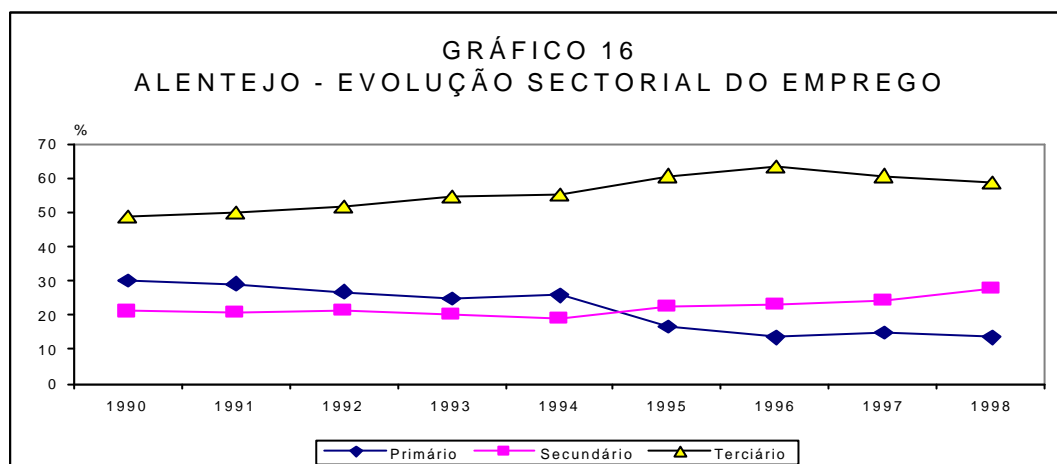


Fonte: INE – Contas Regionais.

A ordem relativa do contributo dos três sectores de actividade para o VAB manteve-se inalterada na última década, notando-se nos anos iniciais e finais uma quebra do sector primário e uma subida do terciário. No Alentejo, a distribuição sectorial do VAB em 1998, mostra o sector terciário com valores percentuais superiores à soma dos outros dois sectores de actividade, situação que decorre desde 1992.



No emprego, embora também se verifique a terciarização da economia, o comportamento do Alentejo afasta-se um pouco dos parâmetros verificados ao nível nacional, registando-se uma nítida perda do sector primário e uma alteração posicional entre os sectores primário e secundário. Em percentagem, o sector terciário aumentou o seu peso no total do VAB regional em onze pontos percentuais, desde 1990 até 1998, enquanto o sector primário desceu sete pontos no mesmo período.

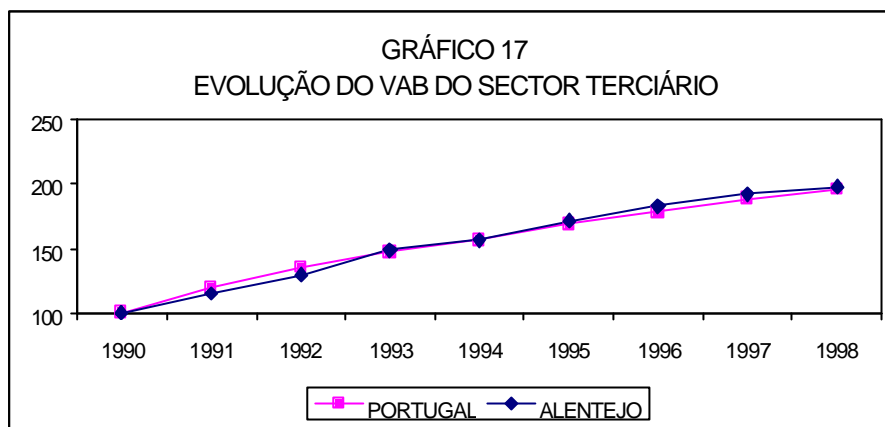


Fonte: INE – Contas Regionais, Inquéritos ao emprego.

O Alentejo aumentou o emprego nos sectores secundário e terciário, principalmente à custa da redução de mão-de-obra no sector primário. Devido à especialização tradicional agrícola, essencialmente baseada nos cereais produzidos em grandes propriedades, o Alentejo foi muito afectado pela aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) e as implicações que teve na redução da actividade agrícola, na reorientação da utilização dos campos e na libertação de mão-de-obra do sector primário.

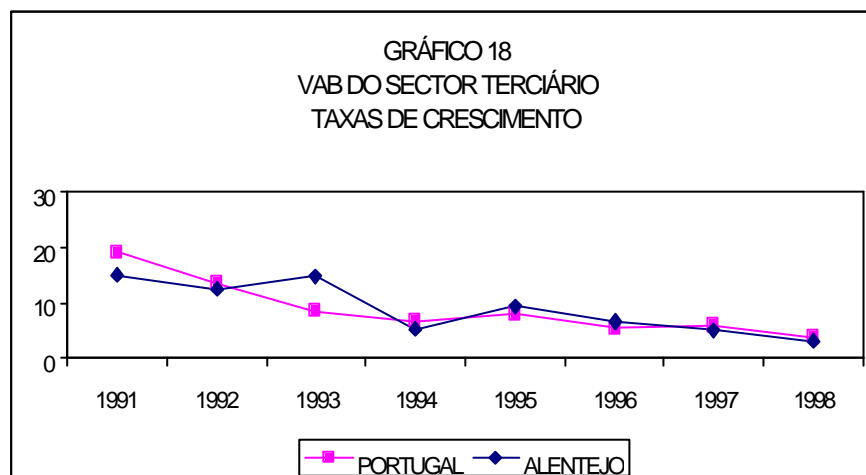
Analisaremos com maior particularidade o processo de terciarização da economia do Alentejo tomando em consideração a sua vertente produtiva e ocupacional. Apesar de ser patente o peso crescente do sector terciário no total do VAB, nada nos permite afirmar que estamos perante uma região especializada nesse sector.

A evolução do VAB do sector terciário no Alentejo, considerando o ano inicial do período com o índice cem, acompanha a tendência registada a nível nacional, com aumento em volume do VAB. Apesar da colagem quase total entre as evoluções do Alentejo e do país, este aumento processa-se a um ritmo decrescente.

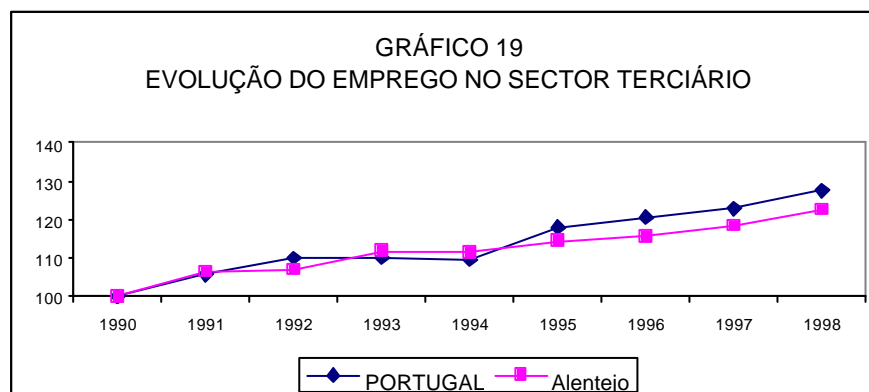


Fonte: INE – Contas Regionais.

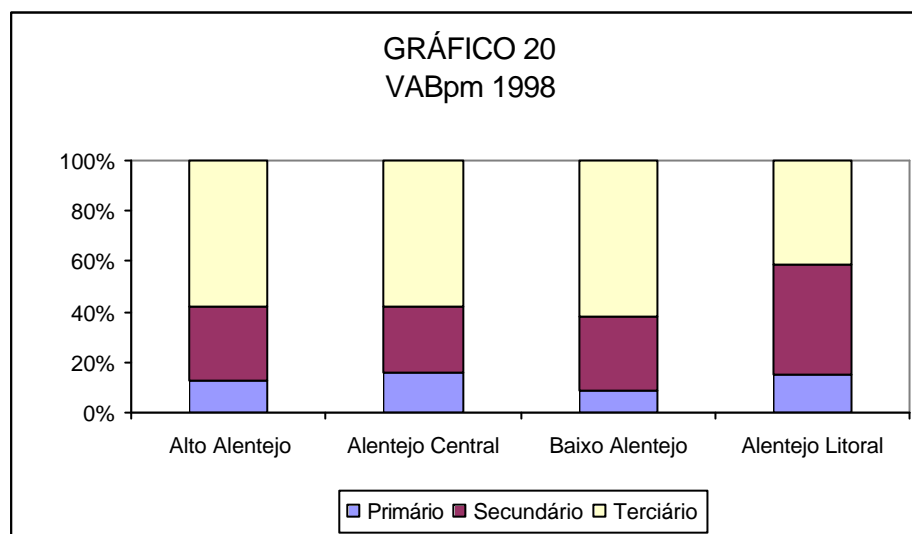
São taxas de crescimento diferenciadas, anualmente, com o Alentejo a acompanhar a tendência nacional após 1994, ano que funciona como charneira em vários parâmetros já analisados neste trabalho.



O emprego terciário no Alentejo registou algumas oscilações, em torno da média nacional, tomando como ponto de partida o valor observado em 1990 e atribuindo-lhe o índice 100. Como podemos constatar, a partir de 1994, a evolução processou-se sempre abaixo do valor total nacional, em valores não muito distantes e numa trajectória que podemos considerar paralela à linha do total nacional.



Olhando para a distribuição sectorial nas sub-regiões do Alentejo constatamos a predominância do sector terciário, à excepção do Alentejo Litoral, não sendo alheio a este facto a presença naquela NUT III do complexo industrial e energético de Sines. A indústria transformadora no Alentejo, não se confinando exclusivamente ao pólo industrial de Sines, recebe daí um enorme contributo para o valor acrescentado bruto da região, classificando o Alentejo Litoral segundo parâmetros diferentes das outras unidades territoriais alentejanas onde o sector terciário é dominante.



Se avaliarmos a distribuição do VAB terciário pelos vários ramos constatamos a predominância das actividades da administração pública, defesa e segurança social obrigatória, seguida do comércio e da educação. São serviços não mercantis os que maior peso têm na estrutura sectorial do Alentejo. No total nacional o domínio vai para o comércio seguido das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

Se agregarmos todos os serviços não mercantis (administração pública, defesa e segurança, ensino, saúde e serviços sociais, outras actividades de serviços) constatamos o seu grande peso no Alentejo, onde representam metade do VAB regional, e valores nacionais à volta de um terço do total.

Considerando como serviços a prestar directamente às empresas, os transportes, armazenagem e comunicações, as actividades financeiras, as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, constatamos que o peso no valor acrescentado bruto regional sectorial não chega a 30%, valor quase próximo do contributo da administração pública. Numa definição mais precisa dos serviços de apoio à actividade económica outros sub-ramos deveriam ser incluídos, como o comércio

por grosso, a investigação e desenvolvimento, componentes que exigem maior desagregação de variáveis e valores.

QUADRO 11
ALENTEJO – VAB – SECTOR TERCIÁRIO - 1998

RAMOS	(%)
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis...	16,9
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	5,2
Transportes, armazenagem e comunicações	9,7
Actividades financeiras	5,2
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	11,6
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	23,0
Educação	14,3
Saúde e acção social	11,0
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	1,8
Famílias com empregados domésticos	1,5

Fonte: INE – Contas Regionais.

QUADRO 12
ALENTEJO – EMPREGO – SECTOR TERCIÁRIO – 1998

RAMOS	(%)
Comércio e Manutenção de Automóveis e de Combustíveis	4,8
Comércio por Grosso e Intermediários	5,3
Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e Domésticos	15,2
Hotéis e Restaurantes	10,2
Transportes e Actividades Conexas	3,0
Correios e Telecomunicações	1,1
Intermediação Financeira e Seguros	2,6
Actividades Informáticas, Investigação e Desenvolvimento	2,3
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	23,4
Ensino	13,5
Saúde e Serviços Sociais	9,0
Outras actividades de Serviços	9,6

Fonte: INE - Inquéritos ao Emprego.

Verificamos assim que a terciarização do Alentejo tem mais a ver com os chamados serviços não mercantis do que com os serviços de apoio ao tecido empresarial e à actividade económica, se bem que também a administração pública tenha competências e desempenhe funções na área do apoio à economia, embora essencialmente orientada para aspectos mais estruturais, de âmbito macro e de abrangência mais vasta. Daqui podemos deduzir uma das questões centrais do desenvolvimento, que tem a ver com a interligação entre os serviços e os outros sectores de actividade, no sentido de tentar avaliar se serão os serviços a mola impulsora dos outros sectores ou, pelo contrário, a dinâmica sectorial é que determina o aparecimento e a expansão desses serviços.

Casos conhecidos e estudados mostram que o processo de terciarização funciona como componente importante na reestruturação dos sistemas produtivos e na ocupação e organização dos territórios, ao mesmo tempo que as novas concentrações terciárias, principalmente de serviços especializados, se processam em zonas onde beneficiam de economias de aglomeração que lhes elevam a qualidade e reduzem os custos. Neste contexto, considerando a qualificação das pessoas como factor estruturante dos territórios, uma breve análise à população e sua instrução permite-nos visualizar o duplo envelhecimento demográfico do Alentejo e os baixos níveis de ensino, sobretudo médio e superior, além da elevada percentagem de pessoas que não possui nenhum grau de ensino, ainda que este processo se verifique maioritariamente nos grupos etários mais avançados.

QUADRO 13
POPULAÇÃO RESIDENTE
SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO

Grupos Etários	ALENTEJO (%)	PORTUGAL (%)
0 - 14 Anos	13,6	16,0
15 -24 Anos	12,9	14,3
25 - 64 Anos	50,0	53,3
+ de 65 Anos	23,6	16,4

Fonte: INE, Censos 2001, Resultados Provisórios

QUADRO 14
POPULAÇÃO RESIDENTE
SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO

Níveis de Ensino	ALENTEJO (%)	PORTUGAL (%)
Nenhum	21,0	14,4
1º Ciclo Ensino Básico	35,8	35,0
2º Ciclo Ensino Básico	11,2	12,7
3º Ciclo Ensino Básico	10,1	10,8
Ensino Secundário	13,9	16,0
Ensino Médio	0,4	0,6
Ensino Superior	7,6	10,6

Fonte: INE, Censos 2001, Resultados Provisórios

7. ALENTEJO – ESTRUTURA DAS SOCIEDADES E DAS EMPRESAS

Para analisar a distribuição das actividades em termos territoriais e de especialização optamos por considerar as sociedades com sede na região e estabelecer uma comparação com os valores globais do país.

QUADRO 15
ALENTEJO - SOCIEDADES COM SEDE NA REGIÃO – 1999
Valores Absolutos

ACTIVIDADES	Sociedades (Nº)	Pessoal ao Serviço (Nº)	Volume de Vendas (10 ⁶ Euros)
Actividades mal definidas	39	12	0,1
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	1.372	7.204	250
<i>Sector Primário</i>	1.372	7.204	250
Indústrias extractivas	82	2.188	147
Indústrias transformadoras	1.127	17.021	1.217
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	8	7	34
Construção	674	5.489	208
<i>Sector Secundário</i>	1.891	24.705	1.606
<i>Sector Terciário</i>	5.721	26.002	2.315
TOTAL	9.023	57.923	4.171

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região do Alentejo - 2000.

As sociedade com sede no Alentejo empregam um número médio de 6 pessoas, registam valores superiores à média nas indústrias extractivas e transformadoras, e sectorialmente apresentam-se em número, emprego e volume de vendas superiores no sector terciário.

Das nove mil sociedades sediadas no Alentejo, em Dezembro de 1999, mais de 60% pertenciam aos serviços, com clara predominância das actividades ligadas ao comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, situação idêntica a nível nacional. No Alentejo aquelas sociedades representam quase metade do volume de vendas global.

QUADRO 16

ALENTEJO - EMPRESAS E SOCIEDADES – SECTOR TERCIÁRIO - 1999

Valores Absolutos

ACTIVIDADES	Empresas (Nº)	Sociedades (Nº)	Pessoal ao Serviço (Nº)	Volume de Vendas (10 ⁶ Euros)
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis...	18.665	3.091	14.818	1.881
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	6.099	911	3.912	92
Transporte, armazenagem e comunicações	1.006	297	1.303	118
Actividades financeiras	1.684	45	632	72
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	3.070	816	3.354	100
Administração pública, saúde, educação, serviços colectivos, sociais...	2.244	561	1.983	52
TOTAL	32.768	5.721	26.002	2.315

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região do Alentejo - 2000.

QUADRO 17

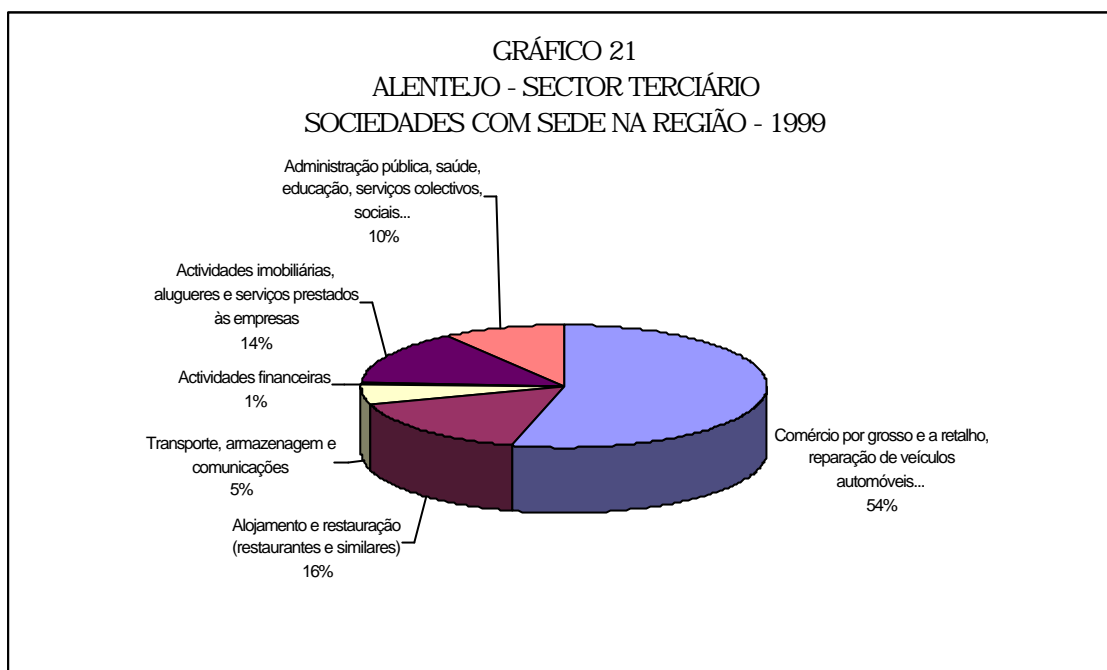
ALENTEJO – EMPRESAS E SOCIEDADES – SECTOR TERCIÁRIO - 1999

Valores Percentuais

ACTIVIDADES	Empresas	Sociedades	Pessoal ao Serviço	Volume de Vendas
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis...	57,0	54,0	57,0	81,3
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	18,6	15,9	15,0	4,0
Transporte, armazenagem e comunicações	3,1	5,2	5,0	5,1
Actividades financeiras	5,1	0,8	2,4	3,1
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	9,4	14,3	12,9	4,3
Administração pública, saúde, educação, serviços colectivos, sociais...	6,8	9,8	7,6	2,3

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região do Alentejo - 2000.

Numa primeira apreciação dos quadros podemos constatar a grande supremacia dos estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico (Ramo G da Classificação das Actividades Económicas).



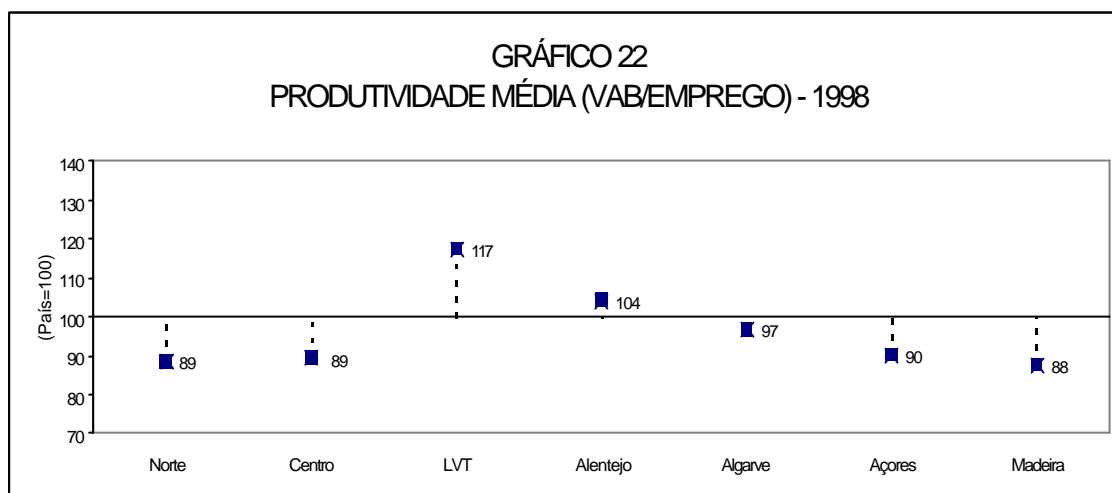
Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região do Alentejo - 2000.

Para a análise mais detalhada dos serviços de apoio à actividade económica seria pertinente dispôr de dados que nos pudessem separar o comércio por grosso das outras componentes deste ramo de actividade. Assim, e em termos genéricos, apenas vamos considerar como serviços às empresas os que constam dos ramos I, J e K, (transportes, armazenagem e comunicações, actividades financeiras, actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas). Num âmbito mais alargado os serviços de apoio à actividade económica devem incluir os serviços informáticos, a investigação e desenvolvimento e outros serviços prestados principalmente às empresas.

A referida desagregação pode ser obtida, por aproximação e referente ao emprego, a partir do inquérito ao emprego, valores de 1998, onde é possível isolar o comércio por grosso e intermediários e englobar os valores nos serviços de apoio á actividade económica. Assim, e apenas no emprego, podemos afirmar que cerca de 14% das pessoas empregadas no Alentejo, no sector terciário, trabalham nos serviços, directa ou indirectamente, orientados para as empresas.

8. PRODUTIVIDADE MÉDIA

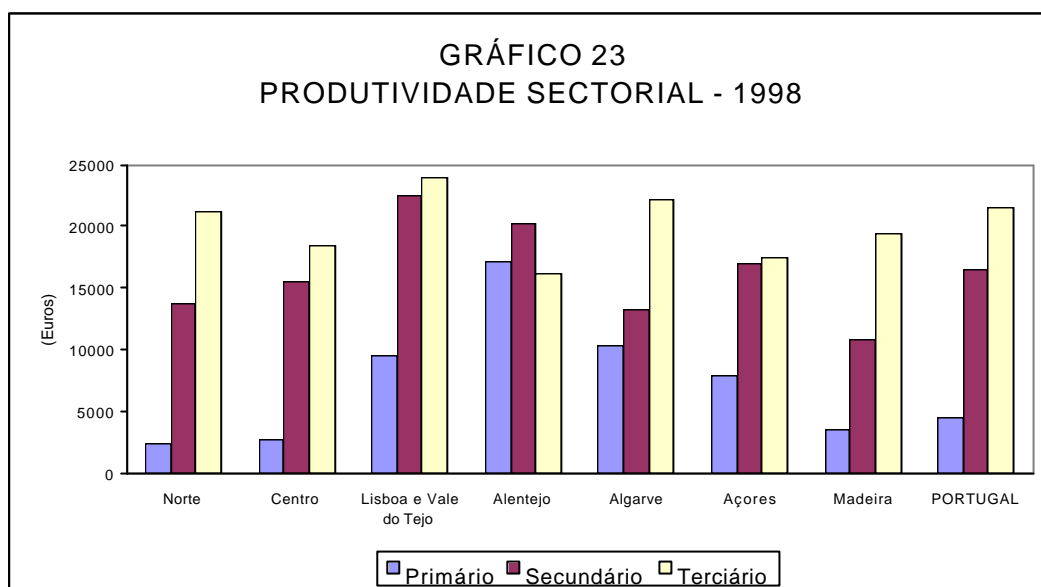
A produtividade média para as NUT portuguesas, atribuindo o índice cem para o total nacional, mostra que o Alentejo se situa acima da média, logo após a região de Lisboa e Vale do Tejo e muito distante da Madeira, Norte e Centro, regiões com os menores indicadores de produtividade.



Fonte: INE – Contas Regionais, Inquéritos ao emprego (tratamento estatístico próprio).

Como medida do desempenho nos sectores de actividade e calculada, neste trabalho, através do rácio entre o Valor Acrescentado Bruto e o Emprego, a produtividade média mostra um comportamento bastante diferente, com a clara supremacia do sector terciário, à excepção da região do Alentejo.

Grandes disparidades entre a produtividade nos sectores primário e terciário podem estar directamente ligadas ao tipo de actividades que lhe correspondem, sendo certo que determinadas actividades terciárias são, pela sua natureza, indutoras de altas taxas de produtividade, devido à pouca mão-de-obra de que necessitam para gerarem resultados e rendimentos.

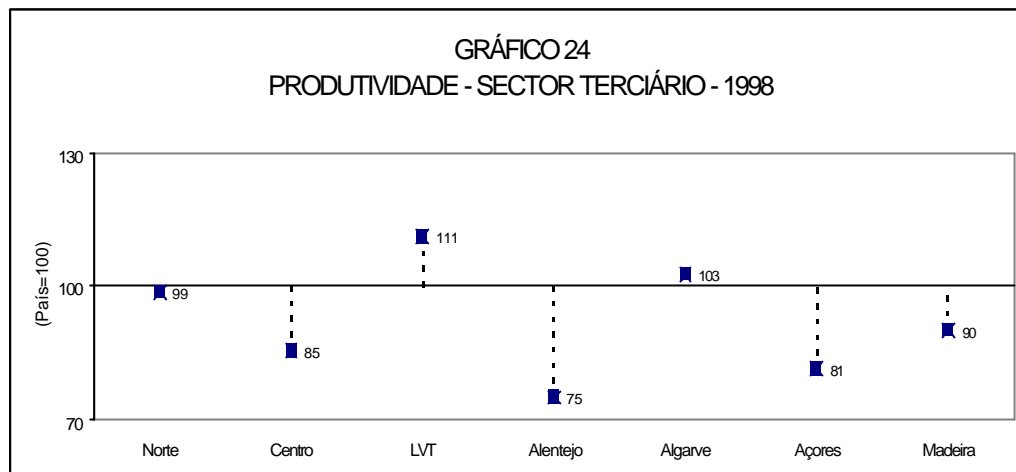


Fonte: INE – Contas Regionais, Inquéritos ao emprego (tratamento estatístico próprio).

Comparativamente com a média nacional e atribuindo-lhe um valor índice igual a cem, podemos verificar a maior produtividade do sector terciário nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, em contraste com o Alentejo que regista 89% do valor total do país, valor mais baixo de todas as regiões nacionais. O Alentejo é a única região onde o sector terciário apresenta uma produtividade inferior à dos restantes sectores de actividade.

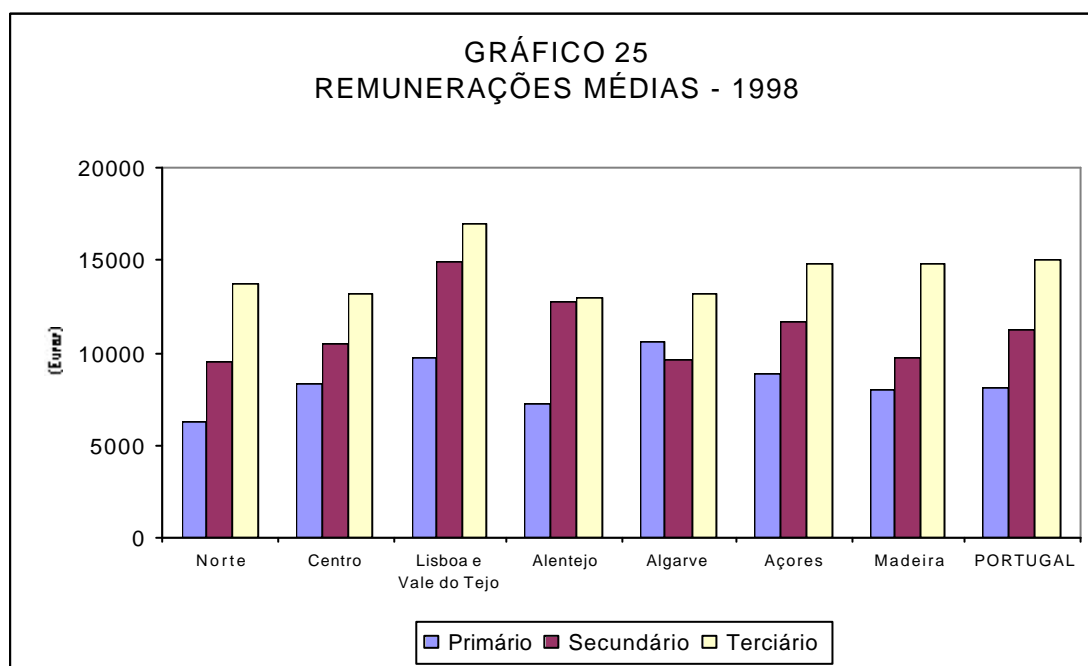
A produtividade no sector terciário mostra bem o fraco desempenho do Alentejo, no contexto nacional, com a menor produtividade das unidades territoriais nacionais. Tal facto pode dever-se à tipologia das componentes do sector terciário no Alentejo, mais orientada para os serviços não mercantis, de características e âmbito público e social.

Os valores das restantes regiões, no sector terciário, andam em torno da média nacional, com desvios totais de cerca de 10 pontos percentuais, equitativamente divididos pelos limites superior e inferior do intervalo, com as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve a apresentarem valores muito próximos e ambos acima da média nacional.



Fonte: INE – Contas Regionais, Inquéritos ao emprego (tratamento estatístico próprio).

Nas remunerações médias sectoriais podemos constatar que o valor é sempre superior no sector terciário, tanto nas unidades territoriais como no total nacional, considerando o peso relativo dos valores sectoriais.



Fonte: INE – Contas Regionais.

No entanto, ao analisarmos os desvios das remunerações sectoriais, medidos pela amplitude entre o maior e o menor valor, dentro de cada sector, constatamos que são superiores no sector secundário e menores nos restantes.

No sector terciário, a região de Lisboa e Vale do Tejo além de registar um valor inter-sectorial superior, ultrapassa o total nacional, mostrando a superioridade perante o valor base considerado.

9. QUOCIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO

Este indicador dá-nos o peso da variável sectorial considerada (valor acrescentado bruto, emprego ou outra) no total regional ponderado pelo contributo que o sector em análise tem no valor total nacional, podendo identificar eventuais especializações regionais sectoriais.

Valores superiores à unidade indicam que o sector em causa tem um maior peso relativo no VAB ou no emprego regional do que no VAB ou no emprego do espaço em referência (neste caso Portugal). Significa que a região é relativamente especializada nesse sector ou que o sector constitui um pólo de especialização relativo na região.

Embora possamos concluir que as actividades terciárias se concentram principalmente na região de Lisboa e Vale do Tejo, tal poderá não significar que esta região apresente uma especialização relativamente superior neste sector. Para tal vamos calcular e analisar os quocientes de especialização, para todas as regiões nacionais e todos os sectores de actividade.

Da conjugação dos valores obtidos e considerando que para o VAB e o emprego os valores do quociente de especialização foram superiores à unidade, podemos concluir pela especialização terciária da região de Lisboa e Vale do Tejo, como se depreende do quadro de manchas apresentado e referente ao ano de 1998.

Mais especializações regionais a tirar do quadro são a do Alentejo, no sector primário, do Norte no sector secundário e do Algarve no sector terciário. Nas restantes regiões não se vislumbra uma especialização dominante, registando-se sempre a presença de dois sectores na especialização sectorial regional.

Em termos metodológicos podemos afirmar que, na elaboração do quadro, foram consideradas conjuntamente as situações em que tanto o valor acrescentado bruto (VAB) como o emprego apresentam quocientes de especialização superiores à unidade, mostrando as áreas

sombreadas os sectores em que cada uma das regiões está relativamente mais especializada.

Claramente sobressaem do quadro as especializações agrícola do Alentejo, industrial do Norte e de serviços das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e da Madeira.

QUADRO 18
QUOCIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO

NUTII	SECTORES		
	Primário	Secundário	Terciário
Norte			
Centro			
Lisboa e Vale do Tejo			
Alentejo			
Algarve			
Açores			
Madeira			

Fonte: INE – Contas Regionais (tratamento estatístico próprio).

Se considerarmos os valores do emprego, disponibilizados pelos inquéritos ao emprego, referentes a Portugal Continental, apenas se regista uma alteração na região Centro, que passa a ser claramente especializada no sector primário, devido ao peso do emprego deste sector no total regional, e o Algarve com maior quociente de especialização no sector terciário, também devido à distribuição sectorial do emprego.

Estas conclusões não entram em contradição com as anteriores, apenas nos permitem obter, para cada região do continente, uma única predominância sectorial ao nível da especialização.

QUADRO 19
QUOCIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO

NUTII	SECTORES		
	Primário	Secundário	Terciário
Norte			
Centro			
Lisboa e Vale do Tejo			
Alentejo			
Algarve			

Fonte: INE – Contas Regionais, Inquéritos ao Emprego (tratamento estatístico próprio).

A especialização do Alentejo, no sector primário, mostra que ainda persiste a predominância deste sector devido ao facto de a maior parte da superfície da região continuar consagrada à actividade agrícola, se bem que numa tendência de crescimento negativa.

O Alentejo apresenta traços particulares relativamente à especialização produtiva sectorial, com um forte peso relativo do sector agrícola e constituindo-se como uma economia claramente terciarizada, com particular desenvolvimento de certos tipos de serviços.

10. GRAU DE TERCIARIZAÇÃO REGIONAL

O grau de terciarização regional é obtido a partir do emprego sectorial, ponderando as tipologias regionais e nacional, através dos valores médios e dos desvios, correspondendo ao peso relativo na região e no total nacional.

O máximo grau de terciarização é quando os valores do índice GTR são superiores a 1,05 e o grau intermédio de terciarização quando GTR fica entre 0,95 e 1,05. Para tal, calculamos o Grau de Terciarização Regional (GTR) para o emprego terciário das regiões nacionais e avaliamos da sua maior ou menor intensidade, segundo parâmetros entre 0 e 1,05. Os resultados obtidos e devidamente convertidos segundo os critérios valorativos mencionados permitem-nos estabelecer a seguinte terminologia.

QUADRO 20
GRAU DE TERCIARIZAÇÃO REGIONAL

Norte	Região relativamente pouco terciarizada
Centro	Região relativamente pouco terciarizada
LVT	Região relativamente muito terciarizada
Alentejo	Região com grau de terciarização médio
Algarve	Região relativamente muito terciarizada
Açores	Região relativamente muito terciarizada
Madeira	Região relativamente muito terciarizada

Fonte: INE – Inquéritos ao Emprego (tratamento estatístico próprio).

A terciarização na região do Alentejo apresenta um grau médio, situação não conflituosa com a que obtivemos através dos quocientes de especialização. A terciarização regional, no Alentejo, decorre directamente do grande peso da Administração Pública no emprego total.

Justificações para a maior terciarização da economia regional podem estar no sector base do crescimento terciário ou na presença na região de um centro burocrático e administrativo com bastante peso na dinâmica económica regional, explicando assim o maior grau de terciarização de Lisboa, Alentejo, Açores e Madeira.

11. ANÁLISE SHIFT-SHARE

O método *Shift-share* permite avaliar como se comportaram as economias das diferentes unidades territoriais face à média nacional. Este método permite dividir a alteração ou variação líquida (AL) nas componentes de alteração estrutural (AE) e alteração diferencial (AD), sendo a formulação utilizada $AL = AE + AD$.

O que nos interessa é tentar perceber que variações ocorreram, se podemos imputar a algum sector ou sectores de actividade a maior quota-parte nessas variações e, dentro do sector terciário, se conseguimos identificar as componentes que mais contribuíram para as variações registadas.

Apresentam um dinamismo negativo no período considerado (1990-1998) Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve e Açores. Destas NUT apenas o Alentejo tem valores negativos nas variações estrutural e diferencial, com um valor absoluto superior no primeiro parâmetro. A Madeira é a única região com valores positivos em ambos os parâmetros da variação total líquida, dando mostras de um claro dinamismo da economia daquela região autónoma. De seguida vamos tentar identificar as fontes deste dinamismo, em termos de sector de actividade.

QUADRO 21

ANÁLISE SHIFT-SHARE PORTUGAL – VARIAÇÃO DO VAB 1990-1998

NUT II	AE	AD	AE+AD	AE	AD	AE+AD	AE vs AD
Norte	-0,0157	0,0742	0,0585	<0	>0	Positivo	AE<AD
Centro	-0,0505	0,1370	0,0865	<0	>0	Positivo	AE<AD
LVT	0,0428	-0,0924	-0,0496	>0	<0	Negativo	AE>AD
Alentejo	-0,1366	-0,0666	-0,2033	<0	<0	Negativo	AE<AD
Algarve	0,0024	-0,0512	-0,0488	>0	<0	Negativo	AE>AD
Açores	-0,0508	-0,0098	-0,0606	<0	<0	Negativo	AE<AD
Madeira	0,0344	0,2249	0,2593	>0	>0	Positivo	AE<AD
Extra região	0,1421	-0,0231	0,1191	>0	<0	Positivo	AE>AD

Fonte: INE - Contas Regionais (tratamento estatístico próprio).

Se olharmos apenas para o sector terciário, objecto principal deste trabalho, constatamos comportamentos regionais algo diferentes da análise global aos três sectores de actividade. Por outras palavras, podemos agora compreender melhor o comportamento do sector terciário nas diferentes regiões, a sua evolução entre 1990 e 1998 e algumas causas dessa mesma variação.

Assim, o dinamismo inicialmente assinalado na região Norte não se verifica quando apenas o sector terciário é considerado porque, como já tínhamos visto, aquela dinâmica se devia principalmente ao sector secundário, componente estrutural.

Lisboa e Vale do Tejo, como seria de esperar, apresenta um comportamento positivo, graças à componente dinâmica que mede a evolução do sector na região relativamente ao nível nacional.

O Alentejo continua com um valor negativo, se bem que a componente diferencial seja positiva e mostre que houve maior variação do que no total nacional. No entanto, devido à especialização sectorial, a

componente estrutural acaba por anular o efeito positivo da dinâmica anterior, mostrando que não é no sector terciário que o Alentejo se encontra especializado, como já tínhamos confirmado neste trabalho.

Uma abordagem genérica da alteração estrutural (AE) permite-nos concluir que são mais especializadas no sector terciário as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Madeira. Idêntica conclusão já tinha sido obtida noutro ponto do trabalho. O Alentejo, ainda segundo a mesma lógica, é a região menos especializada no sector terciário (claro está que se fizéssemos os mesmos cálculos para o sector primário as conclusões seriam opostas).

QUADRO 22
ANÁLISE SHIFT-SHARE
PORTUGAL – SECTOR TERCIÁRIO - VARIAÇÃO DO VAB 1990-1998

NUT II	AE	AD	AE+AD	AE	AD	AE+AD	AE vs AD
Norte	-0,0929	0,0581	-0,0347	<0	>0	Negativo	AE<AD
Centro	-0,0694	0,0737	0,0043	<0	>0	Positivo	AE<AD
LVT	0,0818	-0,0700	0,0118	>0	<0	Positivo	AE>AD
Alentejo	-0,1344	0,0083	-0,1261	<0	>0	Negativo	AE<AD
Algarve	0,1354	-0,0344	0,1010	>0	<0	Positivo	AE>AD
Açores	0,0423	0,0060	0,0483	>0	>0	Positivo	AE>AD
Madeira	0,1498	0,1869	0,3367	>0	>0	Positivo	AE<AD
Extra região	0,3978	-0,0231	0,3748	>0	<0	Positivo	AE>AD

Fonte: INE - Contas Regionais (tratamento estatístico próprio).

12. CONCLUSÃO

A análise da situação económica, em termos de produção de riqueza, mostra as disparidades interregionais existentes, com a região de Lisboa e Vale do Tejo a dominar e o Alentejo a registar um comportamento oscilante, sempre abaixo da média nacional. A análise foi feita a partir do rácio entre o valor acrescentado bruto e a população residente e funciona como aproximação aos índices de desenvolvimento regional.

No total nacional, os contributos regionais são bastante diversificados, em natureza e em quantidade, com a região de Lisboa e Vale do Tejo a representar quase metade do valor acrescentado bruto e mais de um terço do emprego total. O Alentejo tem contribuições muito modestas para o total nacional, na ordem dos quatro a cinco por cento, surgindo atrás de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro, por esta ordenação sequencial.

Uma panorâmica geral do Alentejo, em termos de avaliação da sua economia, permite-nos afirmar que se trata de uma região com especialização agrícola, de emprego terciarizado e produtividade acima da média nacional. Das sub-regiões alentejanas a menos terciarizada é o Alentejo Litoral, com explicação lógica baseada na presença do pólo industrial de Sines.

Ao nível nacional, o VAB e o emprego terciários são principalmente originários das actividades comerciais, exercidas por grosso e a retalho, enquanto que no Alentejo é dado lugar de destaque à administração pública nas duas variáveis acima referidas. Os indicadores utilizados permitem-nos confirmar a efectiva terciarização da economia, territorialmente consolidada, embora com especializações espaciais diferentes, como deixaria antever a diferente tipologia das actividades dominantes em cada região nacional. Assim, conjugando o valor acrescentado bruto e o emprego, concluímos que as especializações sectoriais nas regiões do Continente mostram o Norte mais industrial, o Centro e o Alentejo essencialmente agrícolas e florestais, Lisboa e Algarve predominantemente de serviços e turismo.

Avaliando a evolução sectorial constatamos que, em 1990, o sector terciário empregava 48% e tinha um peso de 59% no VAB, enquanto o sector primário tinha um emprego de 18% e contribuía com 6% para o VAB. Em 1998, o sector terciário emprega 51% da população activa e representa 63% do VAB, enquanto o sector primário emprega 13% do total e contribui apenas com 3% para o valor acrescentado bruto. De salientar a redução do peso do sector primário, tanto em emprego como em importância e contributo para o VAB.

Podemos igualmente afirmar que o sector terciário apresenta uma evolução crescente, melhores produtividades, remunerações e níveis de emprego e valor acrescentado bruto. Por sexos, o emprego no sector terciário está dividido quase a meio, com uma ligeira supremacia do número de mulheres, tanto no Alentejo como no total nacional.

Um retrato sucinto do sector terciário aponta para um emprego ligeiramente superior de mulheres, com mais altas remunerações e produtividades, essencialmente desempenhado na zonas de Lisboa e do Algarve.

No Alentejo, a maioria dos serviços enquadra-se na administração pública e comércio, não sendo a região especializada no sector terciário. Os valores da produtividade média do sector terciário são inferiores aos restantes sectores, contrariando a tendência verificada nas outras regiões nacionais.

A produtividade média, medida pelo rácio entre o valor acrescentado bruto e o emprego, apenas é superior à média nacional nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e no Alentejo, mas com disparidades ao nível sectorial. No sector terciário, o Alentejo regista a menor produtividade nacional, suplantada logo de seguida pelos Açores, Centro e Madeira, com valores também abaixo da média nacional.

Mostra da grande diferença de pesos e contributos regionais, podemos referenciar que a região de Lisboa e Vale do Tejo contribui quase com metade do valor acrescentado bruto e emprega mais de um terço da mão-de-obra total, maioritariamente no sector terciário.

No emprego, salienta-se a inversão de tendência e posição relativa, no Alentejo, entre o sector primário e o sector secundário, a partir de 1994. As sub-regiões alentejanas acompanham a tendência da região, à excepção do Alentejo Litoral, onde o sector terciário não é dominante em termos de emprego.

A análise do comportamento da economia alentejana permite-nos afirmar que o Alentejo surge como região especializada no sector primário, com um grau de terciarização média ou muito terciarizada, e um dinamismo negativo, com as componentes estrutural e diferencial a evoluírem de forma negativa no período de 1990-98. Este comportamento do valor acrescentado bruto apenas é acompanhado no mesmo sentido pela Região Autónoma dos Açores.

No sector terciário, a dinâmica evolutiva revela-se também negativa no Alentejo, dado que o comportamento negativo da componente diferencial ultrapassa, anulando, o desempenho positivo da parte estrutural deste sector.

Em termos prospectivos, considerando a interligação sectorial, as tendências recentes do processo de terciarização e as novas vertentes associadas ao turismo, podemos afirmar que, no Alentejo, aquele ramo oferece grandes oportunidades de desenvolvimento e dinamização das actividades directamente ligadas com o turismo, como sejam as indústrias agroalimentares e os restantes ramos terciários. São os chamados serviços de tempo livre, com todas as actividades de fruição de espaços e lugares de boa qualidade ambiental, riqueza patrimonial e cultural, rica gastronomia e beleza paisagística, condimentos presentes no Alentejo.

No turismo, o Alentejo apresenta uma importância crescente que pode não só consolidar mas também expandir, através de uma oferta turística selectiva e de qualidade, em oposição à massificação verificada noutros destinos turísticos. Os ramos ligados à actividade turística podem assim registar um crescimento futuro, inicialmente mais em volume de negócios do que em criação de emprego, afirmando-se como alternativa, de ocupação de espaço e de pessoas, à actividade agrícola.

Podemos assim antever uma recomposição sectorial, de base terciária, com mais peso das actividades ligadas à vertente turística, nomeadamente no alojamento e na restauração, nos transportes e noutros serviços de apoio induzidos pelo desenvolvimento das actividades, a montante e a jusante, da actividade turística.

13. BIBLIOGRAFIA

As Infra-Estruturas Produtivas e os Factores de Competitividade das Regiões e Cidades Portuguesas – Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa, Outubro 2000.

Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2000 – Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Alentejo, Évora, 2001.

Contas Regionais 1990-1994 – Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Contas Regionais 1995-1999 – Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Desenvolvimento Regional, Problemática, Teoria, Modelos – Lopes, A. Simões Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª Edição, Lisboa, Agosto 1987.

Dinâmica Regional, Textos elaborados para a preparação do PDR – Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Planeamento, Lisboa, 2000.

Portugal em Números, Indicadores Económicos e Sociais - Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Planeamento, Lisboa, 1999.

Portugal 2010 – Posição no Espaço Europeu, Uma Reflexão Prospectiva – Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, Julho 1995.

Recenseamento Geral da População, CENSOS 2001 – Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Sexto Relatório Periódico Relativo à Situação Socioeconómica e ao Desenvolvimento das Regiões da União Europeia – Comissão Europeia, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1999.

Situação Económico-Social em Portugal 1999 - Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Planeamento, Lisboa, 2001.

Unidade da Europa, Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios - Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social – Comissão Europeia, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2001.

ANEXOS

A.1. PRINCIPAIS CONCEITOS

Território extra-regional (Extra-regio) – é constituído pelas partes do território económico de um país que não podem ser ligadas directamente a uma única região. Compreende: o espaço aéreo nacional, as águas territoriais e a plataforma continental situada em águas internacionais sobre as quais o país goza de direitos exclusivos; os enclaves territoriais (embaixadas, consulados, etc.), as jazidas de petróleo, gás natural, etc. em águas internacionais exploradas por unidades residentes.

Produto Interno Bruto (PIB) – representa o resultado final da actividade de produção das unidades residentes. Corresponde à soma dos valores acrescentados brutos a preços de mercado dos diferentes ramos de actividade acrescida do IVA onerando os produtos e dos impostos líquidos ligados à importação.

Valor Acrescentado Bruto (VAB) – é o saldo da conta de produção, constituindo o resultado da produção diminuída do consumo intermédio, correspondendo aos recursos e empregos dessa conta.

VABpm – Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado. É igual ao volume de negócios + variação de existências + trabalhos para a própria empresa + proveitos suplementares – custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas – fornecimentos e serviços externos. Neste trabalho foram utilizados os valores das contas regionais, série iniciada em 1986.

**A.2. CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS,
REVISÃO 2 – CAE Rev. 2**

CAE	DESCRIÇÃO
A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
B	Pesca
C	Indústrias extractivas
D	Indústrias transformadoras
E	Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
I	Transportes, armazenagem e comunicações
J	Actividades financeiras
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
M	Educação
N	Saúde e acção social
O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
P	Famílias com empregados domésticos
Q	Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

A.3. INDICADORES ESTATÍSTICOS

A.3.1. GRAU DE TERCIARIZAÇÃO REGIONAL

$$GT_i = \frac{\overline{OS}_i}{\overline{O}_i} \Big/ \frac{(\overline{OS}_n - \overline{OS}_i)}{(\overline{O}_n - \overline{O}_i)}$$

\overline{OS}_i - Média de ocupados nos Serviços na região i para o período considerado

\overline{O}_i - Média de ocupados totais na região i

\overline{OS}_n - Média de ocupados nos Serviços no total nacional

\overline{O}_n - Média de ocupados totais em todo o país

A.3.2. QUOCIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO

$$QE = \frac{VAB_{ij}}{VAB_j} \Big/ \frac{VAB_i}{VAB}$$

VAB_{ij} - VAB do ramo de actividade i na região j

VAB_j - VAB total na região j

VAB_i - VAB do ramo i no total das regiões

VAB - VAB no total das regiões

A.4. ANÁLISE SHIFT-SHARE

Este método de análise, apesar das suas limitações, alcançou grande difusão dentro dos estudos regionais. Baseia-se na decomposição em várias partes (share) das alterações, variações ou desfasamentos (shifts), que experimenta um determinado sector produtivo ou conjunto de sectores, quando se analisa uma realidade económica susceptível de ser dividida em várias unidades regionais.

Esquemáticamente, esta técnica parte da seguinte igualdade:

$$A_{ij} = n_{ij} + p_{ij} + d_{ij}$$

Onde A_{ij} recolhe a alteração ou variação do VAB (ou de outra variável económica) relativa ao i -ésimo sector na região j durante um lapso de tempo determinado (no nosso caso 1990-1998), n_{ij} é a componente de carácter nacional para esses sectores produtivos e regiões, p_{ij} é a denominada alteração estrutural e d_{ij} é o desfasamento diferencial.

Os desfasamentos estruturais p_{ij} devem-se ao facto de uns sectores produtivos crescerem mais do que outros, levando a que as regiões cuja estrutura produtiva esteja marcada principalmente por aqueles sectores de mais rápido crescimento mostrem uns desfasamentos estruturais líquidos (relativamente às variações desses sectores a nível nacional) positivos e, pelo contrário, as regiões com maior peso dos sectores menos dinâmicos apresentam desfasamentos estruturais negativos.

Os desfasamentos diferenciais são reflexo do diferente nível de competitividade com que, em cada região, se desenvolvem os diferentes sectores produtivos. Estes desfasamentos ou alterações serão positivos para uma determinada região se existirem, relativamente a um certo sector ou conjunto de sectores, vantagens comparativas em relação ao comportamento médio observado a nível nacional. Aqui têm influência as vantagens locais específicas, tecnológicas, etc. que uma região pode oferecer para o desenvolvimento de um determinado sector.

Partindo da identidade inicial, estes desfasamentos determinam-se da seguinte maneira: sejam r , r_i , r_{ij} , as taxas de variação no período da variável objectivo considerada (no nosso caso será o VAB) a nível nacional para todo o conjunto de sectores, a relativa ao sector i -ésimo, e a verificada por este sector i na região j , respectivamente.

Se representarmos por V_{ij} o VAB do sector i na região j no início do período considerado, os componentes da variação em que se dividiu o efeito total A_{ij} podem expressar-se como:

$$\begin{aligned}n_{ij} &= V_{ij} \cdot r \\p_{ij} &= V_{ij} (r_i - r) \\d_{ij} &= V_{ij} (r_{ij} - r_i)\end{aligned}$$

Com o que:

$$A_{ij} = V_{ij} \cdot r + V_{ij} (r_i - r) + V_{ij} (r_{ij} - r_i)$$

Equação que, simplificada, se converte na identidade:

$$A_{ij} = V_{ij} \cdot r_{ij}$$

A primeira parcela do segundo membro representa a variação que sofreria o VAB do sector i na região j se crescesse ao ritmo da taxa conjunta para todo o país. A diferença entre A_{ij} , variação real observada por esse sector i na região j , e este primeiro componente é o que se chama alteração líquida, e o seu valor e sinal indicam-nos a diferente trajectória desse sector relativamente ao ocorrido a nível nacional.

Esta alteração ou variação líquida é igual, por outro lado, à soma dos outros dois componentes: os desfasamentos temporais e os desfasamentos diferenciais.

Relativamente à alteração estrutural, se o sector cresce a uma taxa superior à correspondente à média nacional do conjunto desses sectores, significa que, se $r_i > r$, produz-se um efeito positivo nessa região por dispôr da presença desse sector de ponta. A variação estrutural será negativa, mostrando uma mais lenta evolução do sector na região, se $r_i < r$.

A alteração diferencial, ou de competitividade regional, será positiva quando $r_{ij} > r_i$, o mesmo será dizer, quando por determinadas causas específicas de vantagem comparativa, o sector cresce mais rapidamente nessa região do que no conjunto nacional.

Geralmente, a aplicação desta técnica não se limita à observação de um só sector mas a um conjunto deles, ou melhor, a todos os que intervêm no crescimento económico.

Neste sentido, por agregação dos diferentes sectores chega-se à seguinte expressão:

$$\sum_i A_{ij} = \sum_i V_{ij} r + \sum_i V_{ij} (r_i - r) + \sum_i V_{ij} (r_{ij} - r_i)$$

Onde o primeiro membro representa a variação regional da variável considerada.

Significa isto que, sendo t e t' ($t' > t$) dois períodos de tempo consecutivos de observações, teremos que:

$$\sum_i A_{ij} = V_j^{t'} - V_j^t$$

Se dividirmos agora os dois membros da equação por V_j , (VAB da região j no momento inicial), teremos:

$$\frac{\sum_i A_{ij}}{V_j} = \sum_i \frac{V_{ij}}{V_i} r + \sum_i \frac{V_{ij}}{V_j} (r_i - r) + \sum_i \frac{V_{ij}}{V_j} (r_{ij} - r_j)$$

Com o primeiro membro desta identidade a representar a taxa de variação no período ($t' - t$) do VAB da região j , que poderemos representar por r_j .

Por outro lado, tendo em conta que

$$S_{ij} = \frac{V_{ij}}{V_j}$$

é a participação percentual (share) do sector i -ésimo na estrutura produtiva dessa região, chegamos a

$$r_j = \sum_i S_{ij} \cdot r + \sum_i S_{ij} (r_i - r) + \sum_i S_{ij} (r_{ij} - r_i)$$

E como por sua vez

$$r = \sum_i S_i \cdot r_i$$

Donde

$$S_i = \frac{V_i}{V} \quad \sum S_i = 1$$

É a parte da produção V_i do sector i referente ao VAB do país V , restando aos dois membros da identidade a quantidade q :

$$r_j - r = \sum S_{ij} \cdot r + \sum S_{ij} (r_j - r) + \sum S_{ij} (r_{ij} - r_i) - \sum S_i \cdot r_i$$

O que se traduz na expressão:

$$r_j - r = \sum S_{ij} \cdot r + \sum S_{ij} \cdot r_i - \sum S_{ij} \cdot r + \sum S_{ij} (r_{ij} - r_i) - \sum S_i r_i$$

Que se transforma em¹:

$$r_j - r = \sum (S_{ij} - S_i) r_i + \sum S_{ij} (r_{ij} - r)$$

Donde:

$$r_j - r = AL$$

É a alteração líquida ou diferença da variação na região em relação à taxa do total nacional,

$$\sum (S_{ij} - S_i) r_i = AE$$

é a alteração estrutural que recolhe o efeito da composição específica da estrutura produtiva da região j , dada em termos da diferença existente entre as participações (shares) regionais de cada sector S_{ij} , e as suas correspondências para o conjunto da economia S_i , sendo utilizadas as taxas sectoriais a nível nacional, r_i , como ponderações,

$$\sum S_{ij} (r_{ij} - r_j) = AD$$

é a alteração diferencial, componente dinâmica que recolhe a diferente evolução do sector i -ésimo na região relativamente à variação havida a nível nacional.

¹ $AL = AE + AD$, formulação utilizada neste trabalho, aplicada aos dados do VABpm.